



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

CONSTRUÇÃO DE ESCALA PARA AVALIAR SOFRIMENTO PSÍQUICO-SOCIAL DE DESEMPREGADOS.

NARLA ISMAIL AKEL SILVA

BRASÍLIA - DF
JUNHO DE 2006

NARLA ISMAIL AKEL SILVA

**CONSTRUÇÃO DE ESCALA PARA AVALIAR SOFRIMENTO
PSÍQUICO-SOCIAL POR PARTE DE DESEMPREGADOS.**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Psicologia do
UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília.

Professora Orientadora: Heila Magali
Veiga.

Brasília/DF, Junho de 2006.

A minha mãe que através de sua doçura sempre foi para mim um exemplo de mulher, me servindo sempre como um modelo.

Ao meu marido que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida, me dando sempre muito apoio e força, sendo a pessoa que mais me ajudou em todos os sentidos para a concretização da minha formatura. Obrigada por confiar e acreditar em mim.

A você meu irmão AKEL ISMAIL OMAR AKEL (IN MEMORIAN), nunca vai parar de doer.

Ao meu irmão AHMAD ISMAIL AKEL que para mim é um exemplo de bravura e luta pela vida.

AGRADECIMENTOS

- ◆ Agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui, o meu verdadeiro criador ao qual me debruço em agradecimento por todas as graças que tens concebido em minha vida.
- ◆ À Secretaria de Estado do Trabalho pela oportunidade da realização desta pesquisa, em especial à Gerente Alessandra Esteves;
- ◆ À Professora Heila Magali Veiga que me proporcionou um grande aprendizado durante a realização desta pesquisa, e principalmente pela confiança que foi depositada em mim. Sem dúvida a atual atividade representou para mim um desafio, sendo a experiência mais gratificante e enriquecedora pela qual me deparei durante todo o meu percurso acadêmico. Obrigada por sua dedicação e pelo seu profissionalismo durante as supervisões.
- ◆ A minha amiga Marlene Barreto pela amizade, colaboração e apoio prestados.
- ◆ A minha irmã Rajá, muito obrigada por tudo e aos meus sobrinhos Igor e Iago.
- ◆ A minha irmã Fátima por ser a minha maior incentivadora a seguir o caminho dos estudos, e que de uma certa forma participou ativamente da minha criação junto com minha mãe.
- ◆ A minha irmã Samira que apesar da distância sempre torceu pelo meu sucesso, e aos meus sobrinhos Mohamad, Maha, Seif, Jéssica e Diana.
- ◆ Ao meu cunhado Turene que é uma pessoa muito querida, e pelo qual tenho um carinho de irmão.
- ◆ Às minhas professoras Janice Aparecida e Ana Maria pelos conhecimentos e amizade transmitidos.
- ◆ As colaboradoras da aplicação dos questionários Eliane, Mariana e Ninotcha.
- ◆ A rosa mais bela e perfumada de todo o meu jardim, minha mãe querida obrigada por ter me dado a honra de ser sua filha, obrigada por todo o incentivo apesar de todas as dificuldades para que eu nunca desistisse do sonho de me formar.

- ◆ Ao meu irmão Ahmad por toda a preocupação que sempre demonstrou ter por mim e por meus estudos.
- ◆ Ao amor da minha vida ser admirável de coração que está sempre do meu lado me incentivando a batalhar e lutar cada vez mais pela busca dos meus objetivos.
- ◆ À minha sogra Lisa pelo apoio e por ter gerado essa bênção na minha vida que é o meu marido.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	VI
RESUMO.....	VII
INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 O papel do Trabalho	12
1.2 Prazer-Sufrimento no Trabalho.....	15
1.3 O cenário do Desemprego.....	20
1.4. Contribuições da psicologia no enfrentamento psíquico ocasionado pelo desemprego	26
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	30
2.1 Amostra	30
2.2 Instrumento.....	31
2.3 Procedimento	33
CAPÍTULO 3: RESULTADOS	35
CAPÍTULO 4: DISCUSSÃO	39
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS	52

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.

Lista de Tabelas

TABELA 1	Indicadores de sofrimento no trabalho.	16
TABELA 2	Evolução da taxa de desocupação por região metropolitana.	22
TABELA 3	População desocupada por região metropolitana.	23
TABELA 4	Taxas de desemprego total em regiões metropolitanas como o Distrito Federal.	25
TABELA 5	Itens referentes ao fator sofrimento internos com suas respectivas cargas fatoriais.	36
TABELA 6	Itens referentes ao fator sofrimento social com suas respectivas cargas fatoriais.	37

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1	Percentagem da amostra referente aos aspecto escolaridade	30
GRÁFICO 1	Percentagem da amostra referente aos aspecto idade	31
GRÁFICO 3	Espessão visual do Scree Plot	35
GRÁFICO 3	Médias e desvios do fator um.	37
GRÁFICO 3	Médias e desvios do fator dois	38

RESUMO

Este estudo traz como proposta a construção de um instrumento que avalie a vivência de sofrimento psíquico e social em trabalhadores desempregados frequentadores da Agência do Trabalhador (antigo SINE - Sistema Nacional de Emprego). Após consulta a literatura foi construído o questionário, o qual foi aplicado em 300 trabalhadores desempregados. A análise dos componentes principais mostrou KMO de 0,88 e a análise fatorial indicou a existência de dois fatores, definidos como Sofrimento Interno (psíquico) e Sofrimento Social. A média encontrada para os itens de ambos os fatores, demonstrou que o trabalhador desempregado da presente amostra possui sofrimento interno maior que o sofrimento social. A presença de sofrimento interno devido ao fenômeno social denominado desemprego envolveu sintomas como insegurança, stress, vergonha, tristeza, ansiedade, desânimo e angústia. A questão do sofrimento social envolveu aspectos referindo-se a alterações no relacionamento familiar, evitamento e exclusão social. Para ampliação dos dados obtidos é importante que novos estudos sejam realizados, com a finalidade de aplicação da escala em novas amostras.

Palavras-chave: desemprego, trabalhadores desempregados, instrumento, vivência, sofrimento interno, sofrimento social.

Esta pesquisa traz como proposta a construção de um instrumento que tem como objetivo avaliar a vivência do trabalhador desempregado frequentador da agência do trabalhador da cidade de Brasília - DF (antigo SINE), sendo que os fatores definidos como sofrimento interno e sofrimento social causados pela situação de desocupação, retratam algumas das dificuldades encontradas pelo sujeito que está excluído do mercado de trabalho formal. Para tanto, aspectos da dimensão subjetiva do sujeito são avaliados de maneira quantitativa, expressando a importância de se construir meios para se avaliar algumas das inúmeras consequências demarcadas pela complexidade de um fenômeno social denominado desemprego, sendo o mesmo responsável por implicações psicológicas e sociais para aquele que vivencia tal situação.

As alterações do mundo globalizado trazem consigo uma nova realidade para o trabalho e para o trabalhador, que são alarmados pelo aumento das taxas de desemprego em todo o mundo e pela ampliação do trabalho informal. Esta relação entre o cenário do desemprego e o aspecto da globalização são apontados por Singer (2001) e Pochmann (2001), como decorrência de políticas de estabilização da economia, tendo como consequência a precarização do trabalho e o desemprego estrutural, sendo que a abertura da economia ao comércio internacional a partir da década de noventa, provocou a aceleração das importações em detrimento das exportações, ocasionando o crescente aumento do desemprego, atingindo diferentes segmentos da sociedade. Para Singer (2001), a globalização fez com que milhões de trabalhadores perdessem seus postos de trabalho que foram eliminados devido ao aumento das importações, aspecto que dificultou a inserção dos trabalhadores e causou a deterioração do mercado de trabalho.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo SEADE E DIEESE entre o período de abril 2005 e abril de 2006, ocorreram retrações nas taxas de desemprego em regiões metropolitanas como São Paulo e Belo Horizonte, sendo que a questão do desemprego não deve ser observada somente através de números e dados estatísticos que se modificam a todo o momento. Aspectos da realidade subjetiva não são verificados durante estas pesquisas as quais possuem como meta atingir questões numéricas que não retratam a realidade subjetiva vivenciada por cada sujeito que está desempregado.

De acordo com Cardoso (2004), as conseqüências do desemprego na vida do indivíduo atingem questões não somente de ordem financeira, mas de ordem social, pessoal e familiar, influenciando ainda em sua identidade profissional e psicológica. Dejours (1999), aponta que, o indivíduo desempregado, ao não conseguir trabalho, passa por um processo de dessocialização progressivo, causador de intenso sofrimento, podendo levar a doença mental ou física por atacar os alicerces da identidade. Outro aspecto que deve ser apontado, citado ainda por esse autor, envolve a questão da auto-culpabilização do sujeito pela problemática enfrentada, que passa a desconsiderar outros aspectos como: sociais, econômicos e políticos, que são elementos fundamentais para a compreensão da questão do desemprego. Bárbara (1999), vem a confirmar as colocações de Dejours, apontando que freqüentemente os desempregados atribuem a si mesmos a responsabilidade por estar sem trabalho.

O interesse sobre o tema da presente pesquisa surgiu a partir do contato da pesquisadora com alguns estudos na área da psicologia, os quais abordam a questão da vivência do desempregado, conduzindo a pesquisa de maneira qualitativa, como é o caso dos estudos de Cardoso (2004) e Tumolo e Tumolo (2004), que realizaram investigações a respeito da vivência dos desempregados frequentadores do SINE da cidade de Florianópolis. Algumas outras pesquisas foram encontradas na área da psicologia fazendo correlações com a questão do desemprego, porém percebe-se a necessidade de haver um maior interesse das ciências psicológicas em abordar e pesquisar sobre um tema que retrata a realidade desigual de um país que possui um fenômeno social tão presente em sua população, alterando as estruturas físicas, psíquicas e sociais daqueles que o vivenciam.

Durante a realização das pesquisas sobre as questões que envolvem o tema desemprego, foi realizada uma aproximação em relação a estudos que envolvem os conflitos entre o sujeito e sua realidade de trabalho. Sendo que durante a construção do presente instrumento levou-se em consideração a existência do Inventário de Riscos de Adoecimento (ITRA), validado por Facas, Ferreira, Mendes e Vieira (2005), sendo permitida a realização de uma correlação entre a vivência de sofrimento por parte dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho com aqueles que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal.

O profissional psicólogo ao se preocupar com a questão do trabalhador, não deve excluir o reflexo do desemprego na vida dos profissionais que estão empregados, pois estes,

ao temerem o desemprego, se submetem a condições precárias de trabalho, como aponta Dejours (1999), referindo-se ao aspecto de que o sujeito tende a sofrer dentro e fora de seu ambiente de trabalho, pois o trabalhador excluído do mercado tem medo de não encontrar um novo emprego, e o trabalhador que está em atividade sofre com os medos e as pressões, que funcionam como sinalizadores de novas demissões. Sendo assim, o sujeito observa a demissão como um ato de punição, e o medo que possui do desemprego faz com que este se sujeite a adversas condições de trabalho.

Estudos que abordam e avaliam a questão do desemprego de maneira quantitativa não foram encontrados, aspecto este que foi reforçador para o surgimento da proposta de construção de um instrumento que possa avaliar alguns dos aspectos psicológicos e sociais do desempregado, ocasionados ou agravados devido a atual situação de trabalhador desempregado. Segundo Minayo e Sanches (1993), a avaliação quantitativa tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis, devendo ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grande aglomerado de dados, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. De acordo com Minayo e Sanches (1994), o pesquisador ao realizar uma avaliação quantitativa por mais sofisticados que sejam seus instrumentos de mensuração deve ficar atento à não deformação ou ao desconhecimento de fatos importantes dos fenômenos ou processos sociais estudados.

A importância social da referente pesquisa envolve a questão de que o desemprego é um fenômeno com implicações sociais e psicológicas, e que a discussão através de diferentes perspectivas teóricas tende a promover maior conhecimento e reflexão sobre as diferentes variáveis envolvidas. A psicologia ao ser apontada como uma profissão que visa promover a saúde dos indivíduos, acaba por ser responsável pelo surgimento de profissionais que se preocupem com a questão das influências do desemprego na vida dos sujeitos, tornando-se então uma ciência que vem a contribuir com o bem-estar do indivíduo e com a existência de uma realidade menos excludente. Bárbara (1999), aponta que a psicologia deve caminhar cada vez mais a favor do sentido de refletir a questão de desemprego, e a sua repercussão na qualidade de vida do trabalhador.

Sendo assim a presente pesquisa, vem a retratar a preocupação da pesquisadora com o surgimento de um procedimento que sirva como facilitador, na atuação de profissionais psicólogos na identificação das conseqüências que refletem alguns aspectos da vivência psíquica e social dos desempregados, vindo a contribuir no processo de intervenção e

promoção da saúde de tais indivíduos. Sendo definido como objetivo principal do referente estudo, propor a construção de um instrumento que avalie o sofrimento interno e social dos trabalhadores desempregados. Os objetivos específicos são referentes às questões de identificar o sofrimento interno dos trabalhadores desempregados, avaliar o sofrimento social dos desempregados e investigar se o trabalhador desempregado vivencia mais sofrimento psíquico ou sofrimento social. Tal pesquisa foi organizada em capítulos, contendo a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos que direcionam toda a pesquisa, a apresentação dos resultados, a discussão geral dos resultados e a conclusão final do trabalho.

Capítulo 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O papel do trabalho.

Para um melhor entendimento da palavra trabalho, é necessário contextualizá-la dentro de um momento histórico e social e, a um modo de produção específico. Liedke (1999), aponta que a valorização atual do trabalho resulta de um processo que foi iniciado com o declínio do feudalismo na idade média e com o surgimento do comércio e da classe burguesa na idade moderna, sendo este incorporado à ideologia burguesa como categoria universal e fundadora de toda a vida social, podendo se fundamentar à constituição do homem moderno através da sua centralidade e exaltação.

Lafargue (2000), ao comentar a respeito da influência do pensamento burguês em relação ao trabalho como forte ferramenta a favor da despersonalização do homem, destaca que o trabalhador medieval que, por qualquer motivo despendia do seu tempo para outras atividades de maior relevância social, passou a ser considerado como alguém sem objetivos na vida, sofrendo discriminação social por não trabalhar, ou por não dedicar muitas horas do seu dia ao trabalho. Sendo assim, a sociedade acreditava fielmente em um modelo de sucesso e felicidade através do ato de trabalhar visando à produtividade, sendo que, quanto mais cedo o indivíduo começasse a trabalhar, maior seriam as suas chances de ser bem sucedido.

Atualmente pode-se dizer que é confirmada a condição de uma estrutura de sociedade capitalista, através de um mundo globalizado e regulado pela abertura do comércio entre as diferentes economias, gerando conseqüências econômicas, sociais e políticas em diferentes contextos sociais e, conseqüentemente, acarretando uma precarização do trabalho, mediante a presença de uma sociedade repleta de desigualdades. Segundo Cattani (1995), a lógica capitalista é demarcada pela exploração e alienação dos trabalhadores, impondo barreiras à realização do trabalhador como sujeito autônomo produtor de ações e significados.

Jacques (1999), aponta que a importância da análise do trabalho, bem como de sua influência na vida do sujeito, ganhou força a partir dos estudos de Karl Marx, sendo que, a partir da perspectiva marxista, o homem passa a ser apontado como um ser diferenciado dos outros animais, já que, para satisfazer suas necessidades de subsistência, o indivíduo cria

constantemente instrumentos de trabalho e formas para sua execução. Sendo assim, ao agir sobre o mundo concreto para satisfazer suas necessidades, o homem o modifica, ao mesmo tempo em que através desta ação também sofre um processo de transformação, que torna possível a sua construção como ser social. Segundo Leontiev (1978), o trabalho deve ser visto como algo fundamental na constituição do psiquismo do homem, pois através deste se torna possível à construção do ser, bem como de seu caráter subjetivo.

Jacques (2003), ao realizar a articulação entre trabalho e subjetividade em seus estudos, destaca o pressuposto do trabalho como constitutivo do homem, sendo seu eixo fundamental de análise e indo além de sua dimensão econômica ou técnica, referindo-se à utilização de categorias de análise que não estão necessariamente relacionadas a diagnósticos psicopatológicos, mas sim as vivências, ao cotidiano do trabalhador, aos modos de ser e a valorização das experiências dos trabalhadores em situações de trabalho.

Através dos estudos que envolvem as questões dos aspectos subjetivos da vida do sujeito, a Psicologia busca elementos que permitam a maximização do conceito de subjetividade relacionada ao trabalho, buscando compreender a vivência do indivíduo a partir de suas experiências adquiridas no trabalho. Sendo assim é importante que o profissional psicólogo, fique atento ao convívio das diversas concepções do trabalho em cada ambiente no qual atuam ou promovem intervenções.

Para Antunes (2001), o trabalho não é um objeto natural, mas uma ação essencial para estabelecer a relação entre o homem e a natureza. De acordo com Andrade, Bastos e Zanelli (1994), os pensamentos sobre a dicotomização de trabalho e prazer, não surgiram somente a partir do capitalismo, um exemplo disto é que a questão do trabalho já era apontada pela literatura através de Platão que acreditava no fato de que o homem deveria ser poupado do trabalho e através de Aristóteles que se referia ao trabalho como atividade inferior que impedia as pessoas de possuírem virtudes. Pode-se com esses aspectos afirmar que para a filosofia clássica o trabalho era caracterizado como degradante e desgastante. Porém com o surgimento do capitalismo o trabalho passa a ser o centro na vida das pessoas e como o único meio de ganhar a vida independente do seu conteúdo, sendo que esta nova concepção precisou do protestantismo e da administração clássica para garantir sua exaltação.

Como fora citado anteriormente a concepção marxista se preocupava em analisar o trabalho sob o capitalismo criticando sua mercantilização e reivindicando um trabalho no qual

se pudesse produzir a própria condição humana, destacando características como alienação, monotonia, repetição, embrutecimento, submissão, humilhação e exploração. Estas questões salientam que a criação de uma concepção ideológica para o termo trabalho durante o surgimento do capitalismo, não descarta a existência de reais insatisfações por parte dos trabalhadores.

O séc XIX, com seu conjunto de fatos socioeconômicos e políticos, criam um contexto que favorece a modificação na forma de gerenciar o trabalho e as empresas e leva à elaboração de uma sustentação científica para concepção e organização do trabalho. Neste contexto também surge a chamada administração científica que possui entre seus representantes Taylor e Fayol.

Andrade, Bastos e Zanelli (1994), destacam que Taylor considerava o homem trabalhador um preguiçoso, radicalizando a divisão entre concepção e execução do trabalho ou entre gerencia e trabalhadores, Taylor se preocupou apenas em estudar o planejamento da execução das tarefas, com o seu foco voltado para a produção. Fayol partiu de uma visão macroscópica da organização, preocupando-se com as funções do gerenciamento. Para Hopenhayn (2001), apud Andrade, Bastos e Zanelli (1994), a forma radical com que Taylor e Fayol aplicaram seus princípios administrativos, conduziram a máxima coisificação, tanto do trabalho quanto do trabalhador, que passou a ser tratado como um simples fator de produção. Sendo que posteriormente a este período ocorreram algumas inovações trazidas pela equipe da Ford, que tiveram forte impacto na organização e gestão do trabalho, Porém quanto à concepção tradicional do trabalho, foi dada continuidade às mesmas idéias e características de Taylor e Fayol.

Andrade, Bastos e Zanelli (1994), destacam que os fatos históricos acima citados configuraram um cenário de comoção social na primeira metade do séc XX, levando a uma tentativa de construção de uma Sociedade do Bem-Estar, que não se concretizou plenamente em todo o mundo, nem em todos os setores econômicos, principalmente no que diz respeito ao modo de organização do trabalho de Taylor e Fayol.

Antunes (1997), aponta que o quarto final do séc XX foi marcado por um imenso conjunto de transformações no mundo do trabalho, assinalando para a emergência de processos de trabalho marcados pela flexibilização da produção, pela especialização e por novos padrões de busca da produtividade. Essas transformações expressaram-se, por exemplo,

nos Círculos de Controle de Qualidade, na Gestão Participativa, nos Programas de Qualidade Total e na penetração do Toyotismo. Sendo que todos que foram citados suscitam de um maior envolvimento do trabalhador no processo decisório e de uma maior motivação do trabalhador pelo trabalho que executa.

As etapas do processo histórico do mundo do trabalho demonstram as diferenciadas formas que o trabalho e o indivíduo que o executa assumiram ao longo dos anos, bem como a importância da promoção do bem-estar do trabalhador sob os novos estilos gerenciais que passaram a surgir em meados do séc XX, sendo este visto como necessário para a realização das tarefas. O mundo organizacional passou a sentir a pressão em promover o bem estar físico, social e mental de seus funcionários, ao mesmo tempo em que o mercado se tornou mais competitivo exigindo um profissional cada vez mais proativo e qualificado.

1.2 Prazer e Sofrimento no Trabalho

Partindo do aspecto de que o trabalho é a atividade humana na qual se reflete o caráter evolutivo e inovador da espécie, pode-se dizer que o modo de produção capitalista fornece subsídios para uma melhor compreensão entre a concepção do trabalho e a sua execução. Apesar do modelo de produção capitalista ser caracterizado pela compra da força de trabalho e pela detenção dos meios de produção, Borges (1998), destaca que ao trabalho humano são atribuídos diversos significados, sendo que tal diversidade se deve, em parte, ao fato de que a tarefa de atribuir significados é carregada de subjetividade; portanto, o trabalho humano sustenta uma gama de sentidos que vão do individual ao social, referindo-se a subsistência, ao sentido existencial, e a estruturação da personalidade e identidade do indivíduo, além de ocupar lugar de centralidade na organização societal.

De acordo com Barros e Mendes (2003), o processo de globalização e a inserção de novas tecnologias trazem a exigência de um profissional cada vez mais qualificado, polivalente e criativo, porém, este mercado que se torna cada vez mais exigente na busca por qualificação profissional, na maioria dos casos não oferece um suporte organizacional que promova a saúde e o bem estar dos seus trabalhadores. Sendo assim, se torna comum o trabalhador não se apresentar como satisfeito em relação ao seu emprego, e conseqüentemente vindo a se sentir ameaçado pelo medo de não conseguir corresponder às expectativas do seu contexto organizacional, tendo que muitas das vezes recorrer à utilização de estratégias que

mantenham sua empregabilidade correlacionada com os objetivos da empresa, além de sua integridade física, psíquica e cognitiva.

A preocupação com a saúde psíquica do trabalhador é a questão principal que envolve os estudos da psicodinâmica do trabalho, que busca a identificação da presença de sofrimento psíquico que se origina dos conflitos entre o sujeito e a realidade do trabalho, bem como das estratégias de mediação empregadas pelos trabalhadores para lidar com o sofrimento e transformar o trabalho em fonte de prazer (Ferreira e Mendes, no prelo). Dejours (1999), aponta que os trabalhadores, visando corresponder às expectativas da organização, ao mesmo tempo em que buscam evitar o adoecimento, utilizam estratégias tais como: o conformismo, individualismo, negação de perigo, agressividade, passividade, entre outras. Segundo o autor, o trabalho contém elementos que influenciam a formação da auto-imagem do trabalhador que, por sua vez, atuam como fortes indicadores para a presença de sofrimento, seus estudos revelam que dentre estes indicadores destacam-se o medo tanto físico quanto moral, e o tédio, que são capazes de gerar sintomas como insatisfação e ansiedade.

Jayet (1994), ao estudar sobre estas estratégias de enfrentamento utilizadas por parte do trabalhador, estabelece categorias de signos que, ao serem contextualizados, apresentam-se como fortes indicadores da utilização de estratégias defensivas nas situações de trabalho. Essas categorias são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1: Indicadores de prazer e sofrimento no Trabalho

<ul style="list-style-type: none">- Medo físico relacionado à fragilidade do corpo quando exposto a determinadas condições de trabalho.- Medo moral, que significa o medo do julgamento dos outros e de não suportar a situação de pressão e adversidade na qual realiza a tarefa.- Tédio por desempenhar tarefas pouco valorizadas.- Sobrecarga do trabalho, gerando a impressão de que não vai dar conta das responsabilidades.- Ininteligibilidade das decisões organizacionais, que gera falta de referência da realidade.- Ambivalência entre segurança, rentabilidade e qualidade.- Conflitos entre valores individuais e organizacionais.- Incertezas sobre o futuro da organização e seu próprio futuro.- Perda do sentido do trabalho a partir da não-compreensão da lógica das decisões, levando à desprofissionalização.	<ul style="list-style-type: none">- Dúvidas sobre a utilidade social e profissional do seu trabalho.- Sentimento de injustiça, reflexo da ingratidão da empresa e das recompensas sem considerar as competências.- Falta de reconhecimento retratada na ausência de retribuição financeira ou moral e do não-reconhecimento do mérito pessoal.- Dificuldade de poder dar sua contribuição à sociedade, gerando um sentimento de inatividade, de inutilidade e de depreciação da sua identidade profissional.- Falta de confiança, que produz a negação dos problemas, manifestada em um sentimento de desordem, de culpabilidade, de vergonha e de fatalidade para lidar com as situações de trabalho.
---	--

A pesquisa de Barros e Mendes (2003), a respeito do sofrimento psíquico no trabalho e as estratégias defensivas utilizadas por operários terceirizados de uma construção civil, atua na confirmação da presença de alguns dos indicadores de Jayet (1994), em relação à utilização de estratégias defensivas nas situações de trabalho, destacando-se o investimento por parte dos trabalhadores no espaço privado sobre a família e atividades extraprofissionais, evitação de conflitos e necessidades permanentes de tranquilidade e reconforto, negação da realidade, engajamento em múltiplas atividades como forma de se evitar às situações desagradáveis e forte coesão do grupo, transformando o agir em ideologia. Segundo tais autores, a utilização de estratégias defensivas por parte dos trabalhadores pode ser considerada positiva à medida que minimiza o sofrimento causado pelas situações de trabalho, vindo a proporcionar o equilíbrio psíquico. Sendo negativa, quando provoca uma estabilidade psíquica artificial, alienando o sujeito e não provocando nenhuma alteração em relação ao seu contexto de trabalho.

Os resultados da pesquisa realizada por Barros e Mendes (2003), apontam a influência do modelo da organização de trabalho de filiação Taylor-fordista, na insatisfação e no surgimento do sofrimento por parte do trabalhador, modelo este que restringe ou extingue a liberdade de expressão e a tomada de decisão por parte do funcionário, ao mesmo tempo em que seu trabalho não é reconhecido ou valorizado. Os autores destacam que estes aspectos foram desencadeantes para o surgimento de estratégias que funcionam como atenuantes do sofrimento por parte do trabalhador e que operam na negação, no controle e na racionalização das situações geradoras de sofrimento.

Mendes (1999), destaca como antecedentes das estratégias de defesa, às adversidades do modelo de organização do trabalho. A autora destaca que o modelo da organização do trabalho está diretamente relacionado com o sofrimento por parte do trabalhador, gerando um sentimento de impotência diante dos poderes ideológico, tecnológico, econômico e político. Em seu estudo, o prazer é definido a partir de fatores como: valorização e reconhecimento no trabalho; o sofrimento é definido a partir do fator desgaste, apresentado pela sensação de cansaço e descontentamento em relação à atividade desempenhada.

A conclusão atingida através do estudo de Mendes (1999), destaca que o trabalhador ao perceber que quando a tarefa real e a atividade prescrita são compatíveis, ou quando existe uma flexibilidade da organização, a qual permite o seu ajustamento às condições adversas da situação, torna-se possível ao trabalhador vivenciar situações de prazer dentro do ambiente de

trabalho, priorizando aspectos como o reconhecimento do seu trabalho pela organização e, conseqüentemente, para a sociedade, ao mesmo tempo em que este possui a liberdade de expressar sua individualidade.

Pode-se dizer que as mudanças estruturais no mercado de trabalho acentuaram as situações causadoras de medo e angústia por parte do sujeito. Segundo Antunes (1997), uma das conseqüências das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, foi à criação de um tipo de trabalhador mais flexibilizado, porem, mais inseguro em seu emprego. Sendo que a redução crescente do número de empregos, e o aumento gradativo de exigências profissionais configuram um quadro representado pela dificuldade do sujeito de se inserir no mercado de trabalho, e pela falta de perspectivas de manter-se e destacar-se no mesmo.

De acordo com Dejours (1999), a falta de segurança do sujeito em relação ao seu emprego é uma variável que aumenta o sofrimento por parte do trabalhador, que tende a sofrer dentro e fora do seu ambiente de trabalho, pois, o desempregado excluído do mercado de trabalho tem medo de não encontrar um novo emprego e, o trabalhador que está em atividade sofre com o medo e com as pressões que podem virar ameaças, podendo vir a acarretar novas demissões. Sendo assim, o medo torna-se um poderoso instrumento de manipulação. Como destaca Freitas (1996), apud Castelhana (2005, p. 09) “se a demissão é vista como um ato de punição, o medo é a garantia de sujeição do sujeito”.

Os estudos de Seligmann-Silva (1994), apontam que o medo surge como resultado de um sistema de dominação e controle existente dentro do ambiente de trabalho, apontando a existência de dois tipos de dominação: a repressão explícita e a dominação sutil; sendo que a dominação sutil, muito comum dentro das empresas, apresenta-se de maneira muito mais perigosa, dominando a manipulação de sentimentos como o afeto, a gratidão e a provocação de sentimento de culpa, onde as exigências são criadas em nome de uma racionalidade tecnológica. Pode-se dizer então que, o medo vivenciado pelo indivíduo não é o da violência embutida na repressão tecnológica, mas sim, o de perder o prestígio, de fracassar, de perder seu posto. Ainda segundo a autora, a nova gestão de trabalho exige muito mais da subjetividade do sujeito, requerendo profissionais mais responsáveis e adaptados, além de altamente qualificados, que não cometam erros, felizes, enfim, verdadeiros “super-homens”.

Sendo assim, pode-se dizer que o medo que mobiliza a produtividade, e a instrumentalização do individualismo, acarretam sérias conseqüências, sendo que, uma delas, envolve a questão do enfraquecimento da classe trabalhadora. Para Werner (2002), apud Castelhana (2005), o aumento da competitividade dentro das empresas é visto como expressão do desemprego, pois, tamanha é a competição provocada pelas propostas individualistas, que o colega de trabalho passa a ser uma ameaça ao seu emprego. Mattos (1998), ao analisar as características recentes da ação sindical no Brasil, coloca que um novo quadro de relações de trabalho, impulsionado pelo processo de reestruturação produtiva, flexibiliza os acordos, pois, o trabalhador tende a evitar qualquer conflito com seu empregador.

Desta forma, pode-se dizer que o trabalhador encontra-se cada vez mais isolado diante das exigências da empresa, não encontrando outro meio de se assegurar que não seja o de se sujeitar a elas. Pagés (1987), destaca que, o ambiente de competição desenfreado que se instala na organização, faz com que o indivíduo fique cada vez mais isolado, estando condenado a vencer, pois, a forma de ser reconhecido e de ser amado seria colocando a carreira como o elemento central de sua relação com a organização. Macedo (1992), apud Castelhana (2005, p. 05) destaca que “o medo do desemprego, principalmente frente à sua generalização na sociedade, pode gerar no empregado sentimento de gratidão, flexibilidade, etc, por estar trabalhando, mesmo que tenha garantido apenas o aspecto da remuneração”.

As pesquisas sobre as estratégias defensivas relacionadas ao sofrimento psíquico no trabalho levam a concluir que, apesar do equilíbrio psíquico por parte do funcionário depender de variáveis associadas ao encontro de um local de trabalho, o qual represente para o sujeito um meio de ser reconhecido e valorizado, atuando no reforço de sua identidade pessoal e profissional; certas defesas aparentemente são consideradas como necessárias para a saúde do trabalhador. Sendo que para Barros e Mendes (2003), as estratégias defensivas são consideradas positivas à medida que protegem o sujeito contra o sofrimento causado pelas situações do trabalho geradoras de conflito, mantendo assim o equilíbrio e conseqüentemente evitando o adoecimento. Em contrapartida, essas defesas são consideradas negativas quando alienam e imobilizam o indivíduo.

1.3 O Cenário do Desemprego

A questão do desemprego para Marx (1968), apud Del Prette (1993), pode ser compreendida como um fenômeno inerente ao capitalismo, que, devido ao processo de acumulação de capital, provocaria o chamado “exercito industrial de reserva”, mantendo, desta forma, um contingente de trabalhadores desempregados. Pochmann (2001), também defende a idéia da inerência do desemprego em relação ao capitalismo. Segundo o autor, existem duas questões que envolvem o aspecto do crescimento desacelerado dos níveis de desemprego no país. Uma delas é o baixo desempenho econômico nacional nas duas últimas décadas, marcado, principalmente, pelo pouco crescimento das taxas do PIB (Produto Interno Bruto) e, pela intensa redução do emprego assalariado formal. A segunda questão que envolve o agravamento da situação refere-se ao novo direcionamento da economia a partir da década de noventa, sendo que, neste período, um projeto econômico começou a ser implementado, baseado na maior competitividade internacional através da modernização de grandes empresas, aumento das privatizações e, intensa dependência econômica em relação aos países centrais.

De acordo com Alves (1999), apud Castelhana (2005), a questão do novo direcionamento da economia a partir da década de noventa no Brasil, vindo a atingir o “núcleo moderno” da implicação assalariada, ocasionando a síndrome do medo, tornou-se perceptível não apenas através do crescimento do desemprego em massa, mas, principalmente, pela precarização do estatuto salarial da força de trabalho no Brasil. Desta forma, a flexibilização das leis e proteções em relação aos direitos do trabalhador, faz com que o indivíduo se sinta desprotegido, aumentando cada vez mais sua angústia em relação ao medo de ser demitido, bem como das conseqüências provenientes da situação de desemprego.

De acordo com Pochmann (2004), durante a década de noventa, paralelo à acentuação do nível de desemprego, o Brasil apresentou uma melhora nos seus índices educacionais quantitativos, havendo a redução da taxa de analfabetismo e aumento do nível de escolaridade. Diante das mudanças tecnológicas, com várias inovações no campo da saúde, a expectativa média de vida da população continuou elevando-se, alterando significativamente a situação da juventude no país. Porém, a deterioração das condições provenientes do funcionamento do mercado de trabalho, ao invés de ser contida pela melhoria educacional, contribui para o desperdício e desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade. Em contrapartida, o desempenho desfavorável do mercado de trabalho

induziu ainda mais as segmentações ocupacionais, excluindo os mais pobres dos empregos nos segmentos educacionais mais elevados e, aumentando consideravelmente o processo discriminatório no interior do mercado de trabalho, sobretudo entre faixas etárias distintas, raças e gênero. Pochmann (2004, p.02) afirma que “tal círculo vicioso impediu que a educação revelasse o seu potencial transformador das relações humanas e da agregação de valor à produção no Brasil”.

O autor destaca ainda que a incapacidade de superação da crise do desenvolvimento econômico nacional, associada ao ciclo de financeirização da riqueza e a estagnação dos investimentos, especialmente nos setores mais intensivos em tecnologia, estimulou, mais ainda, a disparidade extrema entre os distintos níveis de renda. Assim, o Brasil terminou afastando-se das oportunidades de assimilação das tendências potencialmente positivas da sociedade do conhecimento, caracterizando-se cada vez mais como uma sociedade de baixos salários, voltada à exportação de bens primários. Sendo assim, pode-se dizer que toda a situação apresentada revela a necessidade do país em participar do novo mercado internacional de maneira mais acentuada e dinâmica, o que pode vir a favorecer a atuação da educação no país como uma ferramenta que aumente a possibilidade de ascensão social, diferentemente do papel que está exercendo na sociedade atualmente, vindo a servir como uma defesa contra os níveis de elevação do desemprego no país.

Andrioli (2002), destaca que, uma das conseqüências do aumento da taxa de desemprego, seria um grande número de pessoas em condições de trabalho precário, sem acesso a direitos sociais e com baixa perspectiva de retorno a empregabilidade formal. A situação se agrava ainda mais quando a análise é voltada para a parcela da população que, por longos períodos, não consegue nem ao menos um trabalho temporário e informal. Aspecto este que, segundo o autor, está diretamente relacionado com o aumento de pedintes e da criminalidade como forma de garantir a sobrevivência.

Para uma melhor compreensão do universo recente do desemprego no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que prioriza suas pesquisas em relação ao desemprego aberto, realizou uma comparação entre novembro do ano de 2004 a novembro do ano de 2005, constatando que, pelo quinto mês consecutivo, a taxa de desocupação em relação às regiões metropolitanas de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte que foi registrado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) mantiveram-se praticamente estáveis

(9,6%), em relação a novembro de 2004 (10,6%), sendo que a retração foi de um ponto percentual.

Tabela 2: Evolução da taxa de desocupação por região metropolitana

Taxa de Desocupação por Região Metropolitana (%)							
Mês/Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
nov/03	12,2	14,0	16,4	10,3	8,9	14,0	9,4
dez/03	10,9	12,1	15,7	10,4	8,6	11,8	7,9
jan/04	11,7	12,8	16,2	12,3	8,9	12,9	7,6
fev/04	12,0	12,7	17,1	11,9	8,6	13,6	8,5
mar/04	12,8	12,6	17,1	12,1	9,8	14,6	9,6
abr/04	13,1	14,3	16,6	11,4	10,7	14,5	10,7
mai/04	12,2	13,3	16,2	10,9	9,6	13,6	9,7
jun/04	11,7	12,8	14,9	10,5	8,9	13,3	9,5
jul/04	11,2	13,4	14,9	10,7	8,1	12,5	8,9
ago/04	11,4	13,5	16,6	10,2	8,6	12,6	8,5
set/04	10,9	12,4	15,6	10,2	8,8	11,7	8,7
out/04	10,5	12,1	15,8	9,6	8,5	11,2	7,6
nov/04	10,6	11,2	15,9	9,2	9,4	11,2	7,8
dez/04	9,6	11,1	15,4	8,5	8,5	9,8	6,6
jan/05	10,2	12,2	15,8	9,8	7,4	11,1	7,0
fev/05	10,6	13,2	15,6	9,9	8,4	11,5	7,1
mar/05	10,8	14,1	15,7	10,7	8,4	11,5	7,9
abr/05	10,8	13,0	17,0	9,5	8,6	11,4	8,0
mai/05	10,2	12,8	15,9	8,9	8,5	10,5	7,7
jun/05	9,4	9,6	14,7	8,5	6,9	10,5	7,1
jul/05	9,4	12,7	15,7	8,2	7,2	9,9	7,0
ago/05	9,4	13,4	15,5	8,3	7,4	9,4	7,6
set/05	9,6	15	15,2	8,1	7,4	9,7	8,4
out/05	9,6	14,3	14,9	8,5	7,9	9,6	7,5
nov/05	9,6	14,7	15,0	8,2	7,7	9,7	7,2

Regionalmente, na comparação com outubro de 2005, não foi observada variação significativa em nenhuma das regiões pesquisadas. No confronto com novembro de 2004, apenas a região metropolitana de Recife apresentou crescimento (de 11,2% para 14,7%). As regiões metropolitanas de Belo Horizonte (de 9,2% para 8,2%), Rio de Janeiro (de 9,4% para 7,7%) e São Paulo (de 11,2% para 9,7%) apresentaram queda nesta estimativa. Nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Porto Alegre o quadro foi de estabilidade.

O contingente de desocupados (2,1 milhões) ficou estável em relação a outubro de 2005. Na comparação com igual período do ano de 2004, foi registrada queda de 9,4%, aproximadamente 220 mil pessoas. No âmbito regional, na comparação com outubro de 2005, foi verificada estabilidade em todas as regiões pesquisadas. Confrontando com igual período do ano de 2004 pôde ser verificada movimentação em Recife (36,9%), Rio de Janeiro, (-18,2%) e São Paulo (-13,9). Nas demais regiões o quadro foi de estabilidade. As mulheres representavam, em novembro de 2005, a maioria dos desocupados: representavam em

novembro de 2002, 52,1% em novembro de 2003, 55,8% em novembro de 2004, 58,3% e, em novembro de 2005 atingiram participação de 56,5%.

Tabela 3: população desocupada por região metropolitana.

POPULAÇÃO DESOCUPADA	TOTAL	REC	SAL	BH	RJ	SP	POA
GÊNERO							
MASCULINO	43,5	46,8	38,5	44,7	38,0	46,0	45,3
FEMININO	56,5	53,2	61,5	55,3	62,0	54,0	54,7
FAIXA ETÁRIA							
10 A 14 ANOS	0,5	0,2	0,7	1,0	0,2	0,7	0,2
15 A 17 ANOS	8,1	4,7	5,7	11,0	4,3	10,6	8,9
18 A 24 ANOS	37,9	34,6	39,7	36,6	39,0	38,2	36,8
25 A 49 ANOS	47,3	55,0	47,0	46,0	49,1	44,9	47,9
50 ANOS OU MAIS	6,1	5,4	7,0	5,4	7,5	5,6	6,1
ANOS DE ESTUDO							
SEM INSTRUÇÃO E COM MENOS DE 1 ANO	28,7	34,8	30,6	31,6	29,3	25,3	32,2
COM 8 A 10 ANOS	26,9	21,6	25,8	31,1	25,2	28,4	26,9
COM 11 ANOS OU MAIS	44,4	43,7	43,7	37,3	45,5	46,3	41,0
CONDIÇÃO DE TRABALHO							
COM TRABALHO ANTERIOR	80,4	75,4	77,1	79,0	77,5	83,8	83,9
QUE NUNCA TRABALHOU	19,6	24,6	22,9	21,0	22,5	16,4	16,1
CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO							
PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA	26,7	28,7	27,8	23,7	24,6	26,8	31,7
OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA	73,3	71,3	72,2	76,3	75,4	73,2	68,3
COM PROCURA DE TRABALHO							
NOS 7 DIAS	85,8	83,9	82,2	83,1	88,5	86,5	85,9
NOS 23 DIAS	14,2	16,1	17,8	16,9	11,5	13,5	14,1
TEMPO DE PROCURA							
ATÉ 30 DIAS	21,9	26,3	22,0	51,2	7,6	20,9	24,7
31 DIAS A 6 MESES	43,1	25,7	38,7	39,2	46,4	46,3	53,0
7 A 11 MESES	10,7	8,5	10,1	4,2	15,6	10,9	8,1
1 ANO A MENOS DE 2	12,3	14,9	14,7	3,7	13,6	12,9	8,5
2 ANOS OU MAIS	12,0	24,6	14,5	1,6	16,9	9,0	5,7

Segnini (2001), enfatiza que é notável o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais dos setores econômicos. Porém, essa participação ocorre, principalmente, em empregos com características de vulnerabilidade e caracterizados pela precariedade (trabalho informal, emprego de meio período) e pela instabilidade (trabalho sazonal, temporário e intermitente).

Os dados também demonstram que, entre os desocupados, segundo os conceitos da pesquisa e de acordo com a faixa etária, 8,1% tinham de 15 a 17 anos, 37,9% tinham de 18 a 24, 47,3% de 25 a 49 anos e 6,1% 50 anos ou mais. Ainda entre os desocupados, 19,6% estavam em busca do primeiro trabalho e 26,7% eram os principais responsáveis pela família.

O desemprego entre jovens também se mostra como uma tendência importante quando se aborda o fenômeno da desocupação. Pochmann (2001), identifica em seus estudos que, a

expansão da população mais jovem apresentou maior impulso entre as décadas de 50 e 70, com as taxas do crescimento populacional. O autor descreve que a transição entre a vida escolar e o mundo do trabalho está cada vez mais difícil, assinalando o chamado ‘desemprego de inserção’, caracterizado pela procura do jovem pelo primeiro emprego. Desta forma, pode-se dizer que o jovem permanece mais tempo excluído do mercado de trabalho, mesmo dispondo de média ou elevada escolaridade e, até mesmo, experiência profissional. Diante deste fato, a passagem do sistema escolar para o trabalho centra-se sobre a unidade familiar, ou seja, o autor aponta que as necessidades de sobrevivência da família condicionam o modo de entrada do jovem no mercado de trabalho, já que este se sente na obrigação de trabalhar para atender as necessidades da mesma.

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chama a atenção para um outro aspecto que deve ser considerado para uma melhor compreensão do cenário do desemprego no país, fazendo referência ao tempo médio para a procura de um emprego, sendo este fator um reflexo das mudanças ocorridas no mercado de trabalho nos últimos tempos, que provocaram maiores dificuldades de inserção profissional, aumentando assim o tempo de procura por trabalho, destacando-se a informalidade, freqüentemente, como um caminho para a sobrevivência. Com relação ao tempo de procura; 21,9% estavam em busca de trabalho por um período não superior a 30 dias; 43,1%, por um período de 31 dias a seis meses; 10,7%, por um período de 7 a 11 meses; e 24,3%, por um período de pelo menos um ano. Em novembro de 2002, 37,6% dos desocupados tinham pelo menos o ensino médio concluído, em novembro de 2003, 39,6%, percentual que chegou a 42,2% em novembro de 2004, e, na última pesquisa, atingiu 44,4%.

O Distrito Federal possui seus índices de desemprego pesquisados através da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) e pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos). Através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada por estes órgãos desde 1984, é possível visualizar as taxas de desocupação nas regiões metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Recife, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte, além de Belém que deverá ser retomada em breve. As categorias de desemprego consideradas durante a pesquisa envolvem o desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada entre abril de 2005 e abril de 2006 constatou que ocorreram retrações nas taxas de desemprego total em quase todas as regiões

metropolitanas onde a PED é realizada, somente nas regiões do Distrito Federal e Porto Alegre ocorreram aumento de 0,7% e 0,9% respectivamente nas taxas de desemprego total durante o referido período.

Tabela 4: Taxas de desemprego total por região metropolitana

Regiões Pesquisadas	Abr. - 05	Jan. - 06	Fev. - 06	Mar. - 06	Abr. - 06
Belo Horizonte	18,7	15,5	15,5	16,2	15,6
Distrito Federal	20,2	18,6	19,5	20,6	20,7
Porto Alegre	14,7	13,2	13,6	14,9	15,5
Recife	23,3	21,2	20,8	21,4	21,9
Salvador	25,7	23,7	23,8	24,7	24,4
São Paulo	17,5	15,7	16,3	16,9	16,9

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/TEM-FAT/STB-GDF-Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal.

Apesar dos referentes percentuais das pesquisas realizadas pelo IBGE, SEADE e DIEESE, demonstrarem uma certa estabilidade das taxas de desocupação em determinadas regiões metropolitanas do país no período compreendido entre abril de 2005 e abril de 2006, pode-se considerar que a média de desemprego nas principais regiões brasileiras é relativamente alta, levando-se em consideração que os dados estatísticos, no que diz respeito à questão dos indicadores do desemprego, tendem a se modificar rapidamente.

Através dos meios de comunicação, percebe-se que a temática do desemprego vem ocupando um espaço cada vez maior em meio ao processo de globalização, o qual não consegue suprimir as diversidades existentes no mundo do trabalho, desencadeando o aumento da heterogeneidade e da diversidade das situações de trabalho, do emprego e das formas de inserção das mulheres e dos homens no mercado de trabalho.

Algumas medidas transmitidas pela mídia são apresentadas pelo governo como forma de atuação direta em relação ao desemprego, as quais envolvem a abertura de cursos de qualificação profissional, destinação de cestas básicas e recursos como forma de auxílio emergencial e, a criação de frentes de trabalho de caráter temporário. Dentre as medidas adotadas pelo governo, Andrioli (2002), chama a atenção para a existência de cooperativas,

que atuam no enfrentamento da exclusão de trabalhadores do processo produtivo. Apesar de ser uma medida recente, a cooperativa, através da ação coletiva das pessoas no trabalho produtivo e na gestão do seu próprio empreendimento, além de possibilitar a inclusão social no mercado, permite a constituição do cidadão como sujeito político inserido na sociedade.

1.4 Contribuições da Psicologia no enfrentamento psíquico ocasionado pelo desemprego.

Wickert (1999), destaca que o trabalho, através da construção da racionalidade ocidental moderna, gerou um campo ideológico que valoriza excessivamente a capacidade produtiva individual, ao mesmo tempo em que divide a sociedade em dois mundos: sujeitos desempregados X sujeitos economicamente favorecidos. Sendo que, o grupo daqueles que estão vetados de trabalhar sente-se vítima de um doloroso processo de dissociação progressiva, capaz de causar sofrimento psíquico.

Pode-se dizer que a ótica capitalista estabelece o dever moral e social do indivíduo de possuir um emprego. Sendo assim, a psicologia, com suas múltiplas abordagens e seus diferentes modos de intervenção, dedica cada vez mais suas pesquisas em relação ao mundo do trabalho. Nesse sentido, abre-se ao profissional psicólogo um campo de estudo em relação às condições e exigências do mercado, demarcado por um cenário onde se manifestam várias doenças tidas como ocupacionais, além de gerar um processo ameaçador em relação ao psiquismo, que passa a atuar na prevenção e superação do sofrimento provenientes das situações de trabalho.

Em relação à atuação do profissional psicólogo dentro do contexto organizacional, é fundamental que este fique atento em relação às direções das quais se origina o sofrimento psíquico. Segundo Silva (1984) e Gomide (1988) apud Iema (1999), cada vez é maior a necessidade da graduação de psicologia de criar um tipo de profissional que atenda aos anseios da maioria da população. A demanda por profissionais que se envolvam nos programas de qualidade de vida constitui a base do movimento atual de saúde mental no trabalho, associado aos programas de qualidade total. Conseqüentemente, torna-se cada vez mais necessário que ocorra a promoção da saúde nas organizações, investindo-se nas condições ou variáveis que determinem o sofrimento psíquico por parte do trabalhador.

A atuação do psicólogo é de extrema importância na relação do sujeito com a organização, pois muitas vezes a realidade, desejo e intenção do sujeito são diferentes dos da empresa. A questão do medo de perder o emprego por parte dos trabalhadores faz com que aumente a necessidade destes serem reconhecidos em seu ambiente de trabalho, criando-se abertura para a reflexão de que não somente a situação de desemprego é responsável pelo surgimento de sofrimento psíquico, visto que as organizações estão cada vez mais à procura de funcionários que atendam as exigências tanto internas quanto externas do mercado de maneira exemplar, gerando um sentimento de insatisfação bem maior do que o de valorização por parte dos funcionários.

Em relação à atuação do profissional psicólogo diante das consequências trazidas pela situação de desemprego, segundo Schmidt (2004) apud Sato Schmidt (2004), destaca que, a intervenção da psicologia clínica no contexto organizacional ocorre não somente em relação aos sentimentos de desamparo, culpa e inutilidade decorrentes da situação de desocupação. O auxílio proporcionado alcança também a apreciação das tentativas de retorno a empregabilidade, uma vez que se considera que, este retorno, acontecendo em condições adversas de trabalho, para um indivíduo que se encontra fragilizado e incapaz de corresponder às exigências do mercado, será um componente gerador de grande prejuízo psicológico.

A psicologia comunitária também oferece uma importante contribuição à psicologia do trabalho. Ao direcionar-se para as cooperativas organizacionais visa o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, buscando re-significar a identidade do trabalhador cooperado, através do fortalecimento do vínculo grupal. De acordo com Campos (1996) apud Coutinho, Beiras e Luckmann (2005, p. 04) “procura-se trabalhar com estes grupos para que assumam progressivamente o papel de sujeitos de sua própria história conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação, e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados”.

Visto que a psicologia vem demonstrando um interesse cada vez maior no que diz respeito ao aspecto da vivência de prazer e sofrimento por parte dos trabalhadores, bem como das dificuldades encontradas por estes no que diz respeito aos aspectos da busca por um trabalho, e do sofrimento psíquico existente causado pelo tempo de desemprego, pode-se dizer que uma das pesquisas que demonstram este empenho por parte da psicologia foi realizada por Cardoso (2004), com o objetivo de investigar a vivência do desemprego para freqüentadores do SINE da cidade de Florianópolis.

Os objetivos específicos da pesquisa citada anteriormente estavam voltados, para o interesse nas investigações das possíveis conseqüências subjetivas ocasionadas pela situação de desemprego, das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores decorrentes da situação de desocupação e da relação existente entre os desempregados e o SINE.

Os estudos para a investigação da vivência dos freqüentadores do SINE da cidade de Florianópolis foram realizados com oito sujeitos, que estavam em situação de desemprego, e que recorreram ao respectivo órgão com a expectativa de conseguir trabalho, sendo que pesquisa foi delineada através de uma perspectiva qualitativa, com entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de informação.

Os resultados obtidos pela pesquisa apontaram que a questão do desemprego apresenta variadas maneiras de serem expressas e vivenciadas pelos entrevistados, sendo que as queixas mais constantes por parte dos sujeitos envolviam conseqüências psicológicas originadas pela situação de desocupação, envolvendo aspectos como a diminuição da auto-estima, sentimentos de desânimo, incapacidade e desesperança. Conseqüências sociais como o distanciamento cultural e o isolamento social também foram apontados. A principal estratégia apontada pelos sujeitos como tentativa de enfrentamento por parte dos entrevistados, para a minimização do sofrimento ocasionado pelo desemprego, estava relacionada com a busca pelo trabalho informal e provisório como garantia de sobrevivência.

Segundo Sato e Schmidt (2004), uma outra pesquisa que demonstrou interesse em evidenciar as dificuldades existentes no trabalho e os efeitos do desemprego, foi realizada no ano de 1999 com a colaboração do centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT) e o Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), ambos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Esta articulação entre psicologia do trabalho e psicologia clínica foi motivada pela identificação de demandas por ajuda psicológica dirigidas ao SAP por clientes que vivenciavam dificuldades no trabalho e os efeitos do desemprego. Sendo que esta junção de atividades teve como objetivos principais, identificar como o trabalho e o desemprego se apresentavam nas queixas psicológicas dos clientes, e como os estagiários estudantes do quinto ano de psicologia, acolhiam e lidavam com estas queixas na posição de atendentes de um serviço clínico-psicológico.

Os resultados obtidos através dos estudos, apontaram que grande parte dos clientes do SAP demonstrou em função da situação de desemprego, sentimentos de insatisfação, solidão,

desencaixamento, desamparo e desespero. Sendo que as estratégias de enfrentamento utilizadas por alguns dos sujeitos pesquisados estavam relacionadas a passar de dois a três dias por semana procurando emprego em serviços públicos de recrutamento e a dedicação a vários cursos de requalificação profissional. Segundo Ackermann (2003) apud Sato e Schmidt (2004), os indivíduos criam a “falsa” imagem de que essas atividades os protegem da angústia frente à ausência de emprego, ocupando-lhes o tempo que seria dedicado ao trabalho, favorecendo a negação da reflexão e apreensão crítica da situação.

Dentre as várias contribuições da psicologia em relação aos estudos em torno da questão do enfrentamento psíquico ocasionado pelo desemprego, ocorre à abertura para uma reflexão não fragmentada a respeito do trabalho do homem. De acordo com Menezes e coles (2003), apud Sato e Schmidt (2004), o trabalho deve ser compreendido como uma forma de relação com coisas e pessoas, sendo um fator constituinte da identidade do indivíduo que atua em um mundo compartilhado, desta forma as questões que envolvem o sofrimento ocasionado pela situação de desemprego, bem como as dificuldades encontradas no mundo do trabalho, não devem ser tratadas de uma forma que desvincule o contexto de vida do sujeito.

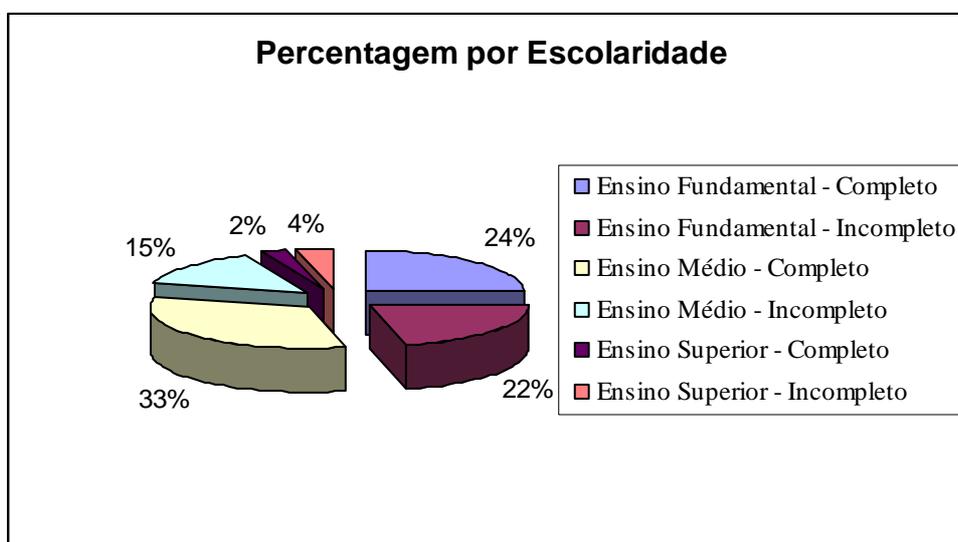
Capítulo 2

METODOLOGIA

2.1 Amostra

Foram respondidos 300 questionários, sendo que a amostra foi composta por indivíduos que já tinham tido uma experiência de trabalho anterior, dentre os 300 sujeitos envolvidos na pesquisa 51% eram do sexo masculino, 48,7% do sexo feminino.

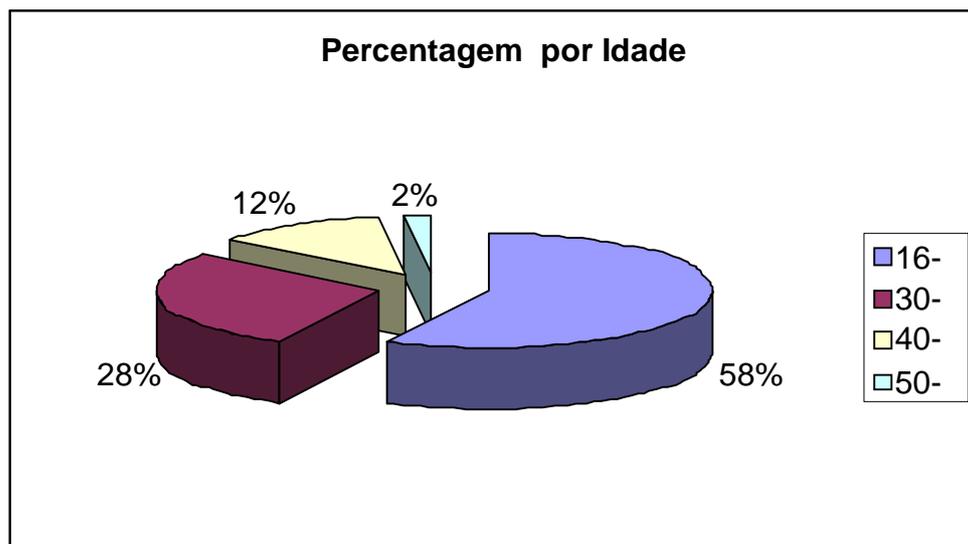
Gráfico 1: percentagem da amostra referente ao aspecto escolaridade.



Em relação à escolaridade, em média 33% possuíam o segundo grau completo e 2% era de nível superior. Em relação ao estado civil, em média 65% dos sujeitos pesquisados eram solteiros 29% eram casados, 4% eram separados ou divorciados, e 0,7% eram viúvos. Sobre a questão do número de filhos, 45,7% dos sujeitos da amostra não tinham filhos, 17,3% dos sujeitos tinha 1 filho, 17,3% tinham 2 filhos, 10% possuía 3 filhos, 5,3% tinham 4 filhos, 1,7% tinham 6 filhos e 0,3% dos sujeitos pesquisados tinham 7 filhos. Em relação ao tempo de desemprego dos sujeitos em questão, 11% estavam a 1 mês desempregados, 6,3% há 2 meses desempregados, 9% há 3 meses desempregados, 7,3% há 4 meses, 6,3% há 5 meses, 8% há 6 meses, 4% há 7 meses, 5,3% há 8 meses, 2% há 9 meses, 1% há 10 meses, 3% há 11 meses, 9% há 12 meses, 1% há 14 meses, 0,7% há 15 meses, 0,7% há 17 meses, 2,7% há 18 meses, 0,3% há 20 meses, 0,3% há 21 meses, 6,3% há 24 meses, 0,3% há 25 meses, 0,3% há

27 meses, 7% há 30 meses, 3% há 31 meses, 3% há 33 meses, 4% há 36 meses, 0,7% há 38 meses, 0,3% há 40 meses, 0,7% há 41 meses, 3% há 48 meses, 0,3% há 50 meses, 0,3% há 53 meses, 2,7% há 60 meses, 1,3% há 72 meses, 0,3% há 73 meses, 0,7% há 96 meses, 0,3% da população estudada estava há 108 meses desempregada e 1,3% estava desempregada há 120 meses.

Gráfico 2: percentagem da amostra referente ao aspecto idade



Sobre o aspecto idade, 58% dos sujeitos da amostra possuíam de 16 a 30 anos, 28% de 30 a 40 anos, 12% de 40 a 50 anos e 2% da amostra possuíam idade acima de 50 anos.

2.2 Instrumento

Durante a construção do questionário, houve a preocupação de se realizar a definição constitutiva dos fatores sofrimento interno e sofrimento social. Durante a operacionalização do construto, que seria a construção propriamente dita dos itens, foram definidos vinte e sete itens, levando-se em conta referenciais teóricos que consolidariam a existência dos fatores, como é o caso de estudos realizados por Cardoso (2004), que identifica as conseqüências psicológicas e sociais ocasionadas pelo desemprego, através de uma pesquisa qualitativa realizada no SINE da cidade de Florianópolis.

O instrumento que serviu como base para construção do questionário, refere-se ao ITRA (Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento), sendo composto por quatro escalas

independentes. As escalas do ITRA, que foram utilizadas de maneira parcial durante a construção do instrumento para avaliação de Sofrimento Psíquico e Social dos desempregados, são referentes à escala Prazer – Sofrimento no Trabalho (EPST) e a Escala de Sintomas Relacionados ao Trabalho (ESRT), sendo ambas validadas por Facas, Ferreira, Mendes, e Vieira (2005), com 3385 trabalhadores de empresas públicas federais do Distrito Federal.

Apesar da proposta de construção do instrumento da presente pesquisa avaliar a vivência do trabalhador desempregado, e o Inventário de Riscos de Adoecimento (ITRA), avaliar a vivência por parte dos trabalhadores que estão atuando no mercado de trabalho, alguns itens de ambos os questionários foram validados de maneira equivalente, tanto para aqueles que estão em situação de desocupação, como para os que estão inseridos no mercado de trabalho. Sendo que durante a discussão da atual pesquisa estas questões serão abordadas de maneira mais exemplificada, onde serão feitas as devidas correlações.

A construção dos itens do instrumento levou em conta o fator sofrimento interno, onde foram definidos 16 itens referindo-se a questões como: insegurança, aumento da agressividade, aumento do estresse, vergonha, culpa, tristeza, diminuição da auto-estima, perda da autoconfiança, aumento da ansiedade, medo e desesperança. De acordo com o fator sofrimento social, foram feitos 11 itens relacionando aspectos como: dificuldade em fazer e manter amizades, perda da confiança e pressão familiar, privação da diversão, evitamento de contato familiar e social. Os únicos itens que mantiveram contexto positivo durante a construção do questionário foram relacionados com a questão da busca de auxílio social por parte dos trabalhadores desempregados.

A análise semântica da pesquisa foi feita com três sujeitos, sendo um do sexo feminino com ensino médio completo, e dois do sexo masculino, um com ensino médio incompleto e o outro com o ensino fundamental incompleto. Segundo Pasquali (1999), “a análise semântica têm como objetivo precípua verificar se todos os itens são compreensíveis para todos os membros da população à qual o instrumento se destina” (p. 52). Durante a análise semântica a pesquisadora leu item por item para cada sujeito participante de maneira individual, e questionou sobre a magnitude do atributo a que os itens se referem. O resultado da análise foi o de que nenhum dos sujeitos avaliados teve dificuldades na compreensão dos itens, fator este que pode ter sido facilitado devido à preocupação da pesquisadora bem como de sua supervisora em manter durante a construção de cada item uma linguagem que fosse de fácil

compreensão para os sujeitos pesquisados, levando-se em conta os níveis diversificados de escolaridade que seriam ressaltados durante o momento das aplicações. De acordo com este autor, é importante que durante a pesquisa os itens sejam inteligíveis para o estrato mais baixo da população meta, ou seja, aqueles que possuem menor número de habilidades, bem como para aqueles que possuem uma amostra de habilidades mais elevada, ou nível de escolaridade mais desenvolvido.

Feita a análise semântica o próximo passo a ser realizado foi à análise de juízes, que foi feita pela orientadora da pesquisa, através da leitura e correção de cada item, com a finalidade de haver uma maior compreensão dos itens por parte dos sujeitos pesquisados. Pasquali (1999), aponta que a análise de juízes deve ser realizada por peritos na área do construto, pois sua tarefa consiste em ajuizar se os itens estão se referindo ou não ao traço em questão.

2.3- Procedimento

Inicialmente a pesquisadora dirigiu-se a Agencia do Trabalhador (antigo SINE), localizado na cidade de Brasília-DF, sendo este um órgão responsável pelo atendimento aos trabalhadores desempregados da região, com o intuito de apresentar o projeto da referente pesquisa aos dirigentes do local. A primeira visita foi realizada em abril de 2006, quando a pesquisadora recebeu a autorização da gerente do posto de atendimento para a realização dos estudos, em seguida uma funcionária da Agencia fez uma breve demonstração do local de atendimento, esclarecendo algumas questões importantes para o bom desenvolvimento da pesquisa como a questão dos dias em que o local seria mais freqüentado pelos sujeitos, sendo a segunda-feira o dia de maior visitação ao local.

Durante o mês de maio a responsável pela pesquisa realizou um convite para quatro colegas também formandas do curso de psicologia, com o objetivo de formar e treinar uma equipe de colaboradoras que iriam atuar durante a aplicação do questionário. Neste caso foi realizada uma reunião com as participantes, para o devido esclarecimento do projeto que estava sendo realizado, bem como do questionário inicial que seria composto de vinte e sete itens. Foi conduzido pela pesquisadora um treinamento, que era composto da explicação do questionário, através da leitura de item por item esclarecendo as possíveis dúvidas tanto das aplicadoras do questionário, como dos sujeitos pesquisados, que poderiam surgir durante a

aplicação. Em seguida foi feita uma escala com os dias que cada uma das meninas participaria da aplicação, sendo definido que cada aplicadora deveria participar de no mínimo dois dias de aplicação, a fim de se obter uma carta do Departamento do Curso de Psicologia do Uniceub que comprovaria a participação de cada colaboradora durante o processo de aplicação dos questionários. Durante o treinamento também foi definido que a equipe deveria usar blusas da mesma cor, com o objetivo de se obter uma maior padronização e um maior reconhecimento dos sujeitos participantes em relação às aplicadoras que estariam atuando em cada dia estipulado para a distribuição dos questionários. O material utilizado durante a pesquisa também foi definido durante a reunião sendo eles: 12 pranchetas e uma caixa contendo vinte e cinco canetas.

As aplicações iniciaram-se no dia 17 de maio de 2006 e foram finalizadas no dia 24 de maio de 2006, é importante ressaltar que os dois primeiros dias de aplicação, a pesquisadora realizou o trabalho individualmente, pois os primeiros contatos com os sujeitos participantes da pesquisa foram suficientes para esta detectar quais eram as perguntas mais frequentes feitas pelos sujeitos, e qual seria a melhor forma destes serem abordados. Na segunda-feira do dia 22 de maio de 2006, quatro aplicadoras iniciaram os trabalhos práticos da pesquisa, sendo importante ressaltar que a pesquisadora esteve presente e atuando em todas as aplicações. Durante os trabalhos, cada aplicadora tomou posse de três a quatro pranchetas e o mesmo número de canetas, que seriam distribuídos para os sujeitos que estavam no saguão da Agência do Trabalhador com suas respectivas senhas esperando para serem atendidos. Durante a abordagem eram realizadas a explicação de como deveria ser respondido o questionário, sendo que a equipe foi instruída a prestar um apoio maior aos sujeitos que estavam com dúvidas em relação à maneira correta de marcar as respostas.

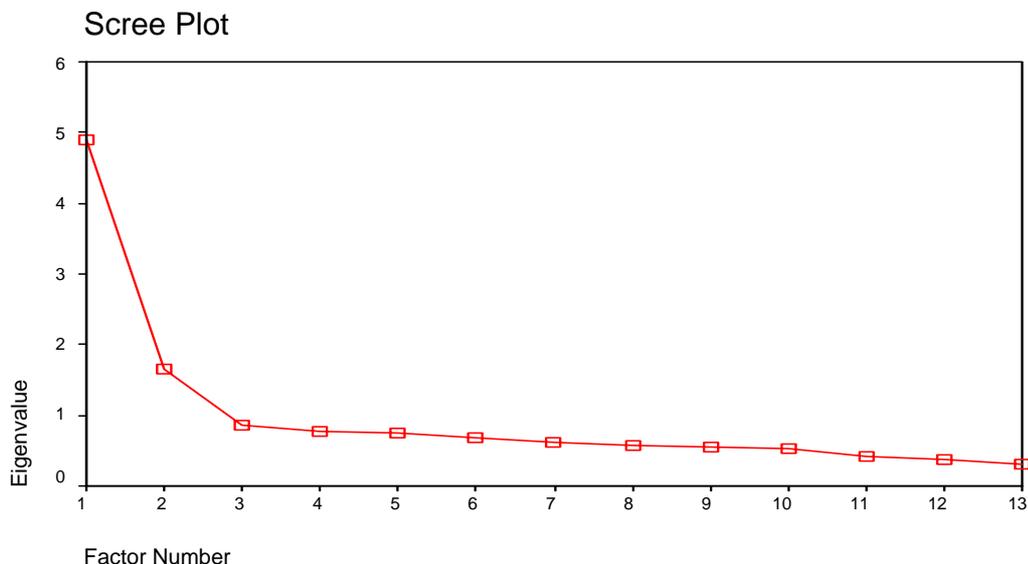
Capítulo 3

RESULTADOS

O questionário para avaliação do sofrimento interno e social dos trabalhadores desempregados tem por finalidade investigar as inter-relações entre a situação de desocupação e as conseqüências psicológicas e sociais ocasionadas por tal situação. O instrumento foi construído através de uma escala, com base nos referenciais teóricos da psicodinâmica do trabalho, em estudos realizados por Cardoso (2004) e Tumolo e Tumolo (2004) que realizaram pesquisas no SINE de Florianópolis, identificando aspectos da vivência dos desempregados freqüentadores do local. A validação foi realizada com 300 sujeitos freqüentadores da Agencia do Trabalhador (antigo SINE) da cidade de Brasília – DF.

A escala foi submetida à análise dos componentes principais para a verificação da fatorabilidade da matriz, sendo que o KMO obtido foi de 0,88. A espessão visual do Scree Plot demonstra que a escala é realmente formada por dois fatores.

Gráfico 3: expressão visual do Scree Plot



A seguir foi feita a análise fatorial para determinar o número de fatores, para tanto foram considerados os Eigenvalue maior que 1 e o Scree Plot. Ambos os critérios sinalizaram a existência de dois fatores. Além disso, a teoria confirma tal estrutura.

Após o processo de validação, os fatores ficaram definidos como sofrimento interno, sendo este composto por oito itens conforme a tabela 5

TABELA 5: Itens referentes ao fator Sofrimento interno com suas respectivas cargas fatoriais.

Fator 1	Carga Fatorial
1-Pelo fato de não estar trabalhando tenho me sentido inseguro.	0,517
2-Depois que perdi o emprego percebi que fique mais estressado	0,617
3-Sinto-me envergonhado porque poderia estar ajudando nas despesas de casa.	0,537
4-Tenho me sentido muito triste porque não estou trabalhando	0,637
5- Minha ansiedade aumentou porque estou sem trabalho	0,644
6-Tenho medo de não conseguir arrumar um trabalho	0,604
7-A dificuldade em arrumar emprego está me deixando desanimado	0,610
8-Quanto mais tempo fico desempregado maior é a minha angústia	0,774

O segundo fator foi definido como sofrimento social, sendo composto por cinco itens conforme a tabela 2.

TABELA 6: itens referentes ao fator sofrimento social com suas respectivas cargas fatoriais

Fator 2	Carga Fatorial
09-É difícil fazer novas amizades quando se está desempregado	0,496
10-Percebo que os colegas do trabalho anterior evitam manter contato comigo	0,667
11-Percebo que familiares perderam a confiança em mim.	0,436
12-Tenho evitado lugares que eu possa encontrar com ex - colegas de trabalho	0,841
13- Tenho evitado me encontrar com amigos	0,772

As médias e os desvios padrões do fator um definido como sofrimento interno e do fator dois definido como sofrimento social foram calculados conforme os gráficos quatro e cinco com o objetivo de se realizar uma comparação entre os dois fatores a fim de se obter aquele que é causador de maior sofrimento entre os trabalhadores desempregados. De acordo com as médias calculadas dos itens que foram validados durante a análise fatorial, pode-se concluir que os fatores internos causam maior impacto em relação à vivência dos sujeitos pesquisados, podendo-se constatar que o sofrimento interno para essas pessoas é mais significativo que o sofrimento social. O desvio padrão para ambos os fatores foi superior a 0,75 para todos os itens, vide gráficos quatro e cinco, evidenciando que o sofrimento é vivenciado pelo sujeitos com intensidades discrepantes.

Gráfico 4: Médias e desvios do fator um.

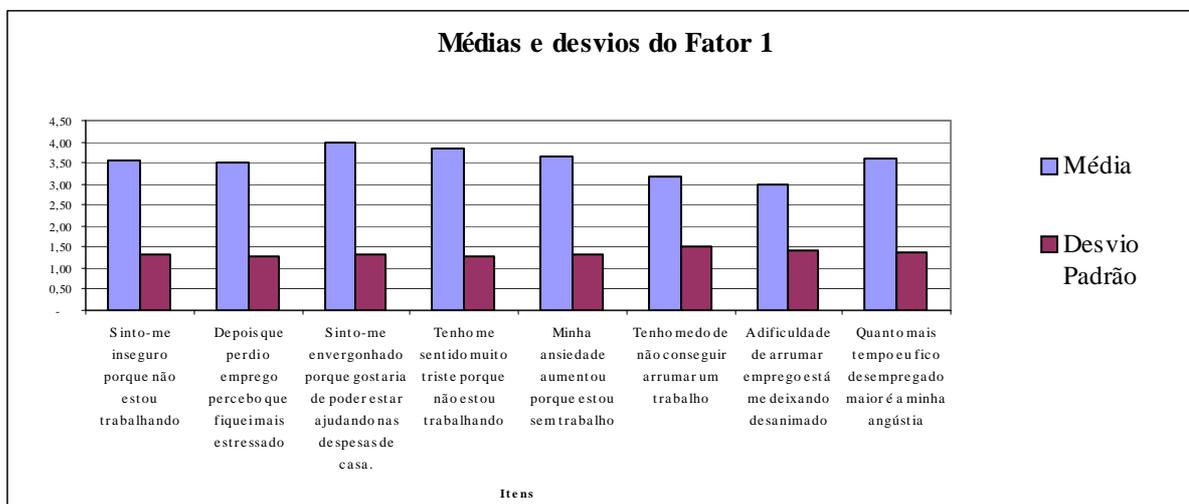
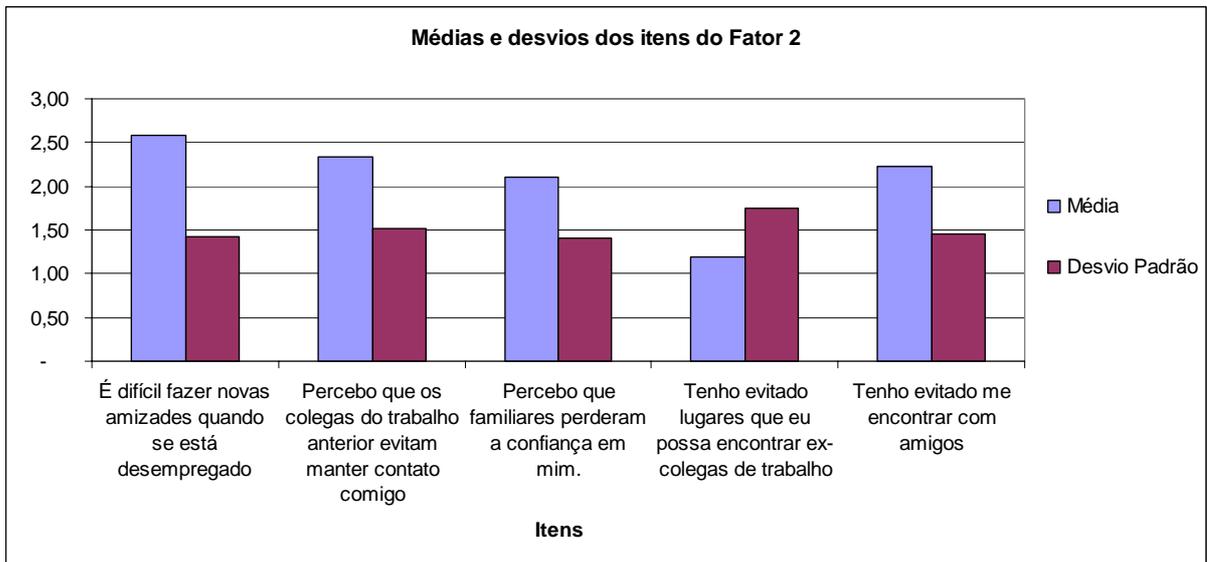


Gráfico 5: Médias e desvios do fator dois.



Capítulo 4

DISCUSSÃO

De acordo com os resultados encontrados durante a análise fatorial dos itens, pode-se dizer que existe a presença de sofrimento interno e social por parte dos trabalhadores desempregados freqüentadores da Agencia do Trabalhador (antigo SINE), localizada na cidade de Brasília-DF. O referente estudo proporciona a abertura para novas pesquisas sobre o tema, e uma maior utilização da escala de avaliação do sofrimento interno e social dos sujeitos desempregados. Pode-se dizer que apesar de ser um estudo novo na área, a validação proporcionou uma correlação relativamente alta ente os itens, com matriz de correlações KMO elevado, questão que evidencia a validade da escala, proporcionando uma maior abertura para o desenvolvimento de novos estudos.

Antunes (2001), ao defender o trabalho como principio básico da atividade do homem, proporciona a reflexão e desperta o interesse em relação ao contexto social pelo qual o sujeito está inserido, sua história de vida, seus sentimentos, suas dificuldades, enfim por aquilo que é parte constitutiva de sua subjetividade. Este aspecto evidencia que o desemprego vivenciado pelo trabalhador pode vir a ser enxergada por este, como a impossibilidade de se construir como ser produtor de si mesmo e do meio pelo qual está inserido. Sendo que o desemprego, muitas vezes é visto como sinônimo de sofrimento e provocador de várias alterações na vida do indivíduo.

De acordo com o interesse de se avaliar o sofrimento interno e social dos trabalhadores desempregados, bem como o impacto destes na vida dos trabalhadores, construíram-se oito itens de análises para se avaliar os fatores internos sendo eles: angústia devido ao tempo de desemprego, desânimo devido à dificuldade de se arrumar emprego, aumento da ansiedade devido a falta de trabalho, aumento de stress devido a perda do emprego anterior, medo constante de não conseguir arrumar um novo trabalho, tristeza por não estar trabalhando, vergonha por não estar ajudando nas despesas de casa, insegurança por estar desempregado.

Em relação às questões psíquicas que acomete os trabalhadores que estão vivenciando a situação de desemprego, foram encontradas pesquisas como a de Cruz e Souza (2004), que aponta que a procura por trabalho apresenta-se como desanimadora, devido às dificuldades

encontradas durante a busca envolvendo questões como a dificuldade com o transporte, bem como a reinserção ao mercado de trabalho que na maioria das vezes ocorre por “apadrinhamento”, e também a questão do mercado de trabalho exigir cada vez mais um profissional polivalente.

Bárbara (1999), ressalta que o desemprego por ser resultante de baixa qualificação profissional e inadequação diante de um mercado cada vez mais exigente, a noção de empregabilidade, em última instância, desvia a atenção da verdadeira causa das taxas, cada vez mais elevadas, de trabalhadores desempregados. Pode-se afirmar com este fator, que os desempregados, podem vir a se culpabilizar por aquilo que os vitimiza, sendo os primeiros a se considerar incompatíveis em relação à sociedade da qual estes são frutos.

Segundo Camino (1996), apud Carvalho, Peres Silva (2003), a falta de emprego acomete os indivíduos a um sofrimento marcante, associado à exclusão e a segregação, e por isso, são acometidos por um sofrimento psicológico associado à exclusão e à segregação social, fator que influencia nas representações que os sujeitos fazem de si mesmos. De acordo com Dejours (1999), o trabalho é o principal mediador da realização social do ego e não há, atualmente, nada que possa substituí-lo nessa função. Levando-se a concluir que à diminuição dos postos de trabalho, é diretamente proporcional ao aumento progressivo da intensidade das repercussões psicológicas do desemprego, desta maneira a psicologia pode e deve, com sua multiplicidade de abordagens e modos de atuação, dedicar sua atenção a esse fecundo campo de pesquisa e intervenção que é o mundo do trabalho.

Através dos estudos de Jahoda (1987), torna-se possível fazer uma relação do desemprego com a saúde mental do indivíduo, a autora atribui funções ao trabalho como sendo definidor de aspectos sociais e da identidade do sujeito, promovendo a segurança deste. Sendo assim o trabalho possui uma função social e psíquica que lhe é inerente, para além da econômica que lhe é globalmente atribuída. Wickert (1999), afirma este fator ao comentar que o trabalho é estruturador da identidade e que o desemprego traz sofrimento psíquico, colocando em risco a saúde mental daquele que o vivencia.

Durante a aplicação do questionário, muitos dos sujeitos relataram que a vergonha devido à impossibilidade de ajudar nas despesas de casa faz com que estes se desfaçam de bens materiais para poder contribuir de alguma forma. Tumolo e Tumolo (2004), abordam esta questão apontando que a queda no padrão de consumo é um fator central decorrente da situação de desemprego, sendo que durante entrevistas realizadas com desempregados freqüentadores do SINE de Florianópolis, foi relatado que estes tiveram que vender bens

materiais a fim de se obter recursos financeiros, para comprar outras mercadorias de maior necessidade e assim ajudar nas despesas de casa. Ainda em relação à pesquisa realizada no SINE de Florianópolis, realizada por Tumolo e Tumolo (2004), os sentimentos gerados pela situação de desemprego são negativos, associados a muito sofrimento por parte dos desempregados. A questão do desespero, a perda da esperança, o desamparo, a tristeza, a revolta e a desorientação foram sentimentos verbalizados e expressos de forma contundente pelos participantes da pesquisa realizada por tais autores.

Durante a realização da atual pesquisa é importante enfatizar que alguns participantes choraram e não se contentaram em responder somente o questionário, ficando evidenciada a necessidade destes em desabafar, e apontar as maiores dificuldades encontradas e como estavam se sentindo diante da tal situação. Este fato demonstra que a vivência do desemprego se caracteriza por uma experiência de sofrimento, sendo que estes ficam suscetíveis ao processo de degradação enquanto seres humanos, ficando limitados somente à aquisição de mercadorias que garantam sua sobrevivência.

As alterações psicossociais causadas pelo desemprego são apontadas por Araújo e Argolo (2004), que destacam dentre as características psicossociais os transtornos mentais leves, depressão, rebaixamento da auto-estima, sentimento de insatisfação com a vida, dificuldades cognitivas e dificuldades de relacionamento familiar. O sofrimento psicológico segundo Warr (1987) apud Araújo e Argolo (2004), é visto como a redução integrada da influência positiva das categorias ambientais.

A questão do stress tem sido freqüentemente associada à sobrecarga de trabalho e a insegurança causada pela situação de desemprego. Lazarus e Folkman (1984), definem o stress como uma relação própria da pessoa e o ambiente que é avaliado por este como desgastante ou excedente aos seus próprios limites, pondo em risco o seu bem estar. Segundo os autores o stress é um processo que pode se manifestar por meios de sintomas físicos, psíquicos e comportamentais.

Durante a realização da pesquisa em média 2% dos entrevistados da amostra tinham de dezesseis a dezoito anos de idade, sendo que o sofrimento psíquico também foi encontrado nesta parcela de sujeitos. De acordo com Sarriera (1993), as conseqüências do desemprego entre os jovens é gerador de sintomas como o estresse e a depressão, além de outras implicações como a diminuição da rede social e a desestruturação da auto-estima do jovem. Peres apud Cardoso (2004), afirma essas colocações ao designar que o desemprego é um forte causador de sofrimento psicológico entre os trabalhadores, devido à exclusão e a segregação

que a ele estão associados. Sendo que a lógica capitalista de formação da identidade do homem através da venda de sua mão-de-obra como uma mercadoria, causando uma necessidade no indivíduo de estar sempre produzindo, faz com que a falta de emprego seja geradora de uma imagem negativa de si mesmo, aspecto que se torna um campo propício capaz de gerar sentimentos de inutilidade por parte do sujeito.

Através de um, estudo realizado por Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001), a respeito da identidade ocupacional em adolescentes, percebem-se que este se sente pressionado desde cedo, lidando com sua crise de identidade, lançando mão de suas capacidades em prol de uma atitude ocupacional, sendo que a identidade ocupacional apresenta-se como um colocar-se no mundo de forma a responder as expectativas e habilidades do "eu" adolescente, resultando na escolha de uma profissão. Sarriera e Verdin (1996) apud Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001), demonstra que os jovens desempregados apresentam menor nível de bem estar psicológico, devido a um sentimento de vazio e impotência frente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho que os desmotiva para obterem atitudes mais assertivas e perseverantes na busca do mesmo. Selligman – Silva (1994), apontam que no caso de jovens de classes populares que estão mais a mercê para a aceitação de trabalhos precários, poderão estar sujeitos a distúrbios psicossociais em uma fase em que ainda estão sendo definidas as identidades pessoais e ocupacionais.

O estudo de Lira e Weistein apud Seligman e Silva (1994), com os desempregados do Chile demonstra como as implicações do desemprego configuram um quadro denominado de psicopatologia do desemprego, sendo identificados aspectos como desânimo, tristeza muito presente que faz com que sujeitos da amostra pesquisada pensem muitas vezes em cometer o suicídio.

Durante a realização das aplicações dos questionários foram identificados 22% da amostra com o primeiro grau incompleto, 24,3% o primeiro grau completo, 32,7% possuía o segundo grau completo, 14,7% o segundo grau incompleto, 2,3% era de nível superior, e 4% estava cursando o ensino superior. Sendo que alguns sujeitos da amostra referente à baixa escolaridade, ao serem questionados sobre o item de possuírem medo em não conseguir arrumar um novo trabalho, relataram que a escolaridade é um aspecto que faz com que o medo se torne maior, pois alguns disseram que se sentiam culpados, vendo-se como alguém que falhou na idealização do projeto de vida. De acordo com Camargo e Reis (2005), a relação entre escolaridade e taxa de desemprego aberto no Brasil é mais elevada para os trabalhadores semiqualeificados, com algum grau de educação formal, levando-se em

consideração quatro e dez anos de estudo, do que para os não qualificados, que possuem muito pouca ou nenhuma educação formal entre zero e três anos de estudo. Por outro lado, as taxas de desemprego tendem a ser relativamente baixas para os trabalhadores qualificados, com níveis elevados de escolaridade considerando-se acima de dez anos de estudo. Sendo que este comportamento também é observado em outros países da América Latina, mas contrasta com as evidências encontradas para países desenvolvidos, onde a taxa de desemprego é decrescente com o nível de escolaridade. Durante a pesquisa realizada por Tumolo e Tumolo (2004), além do desempregado se culpar por estar desempregado devido a sua baixa escolaridade, e insuficiente qualificação profissional, outros aspectos foram identificados em suas falas como as questões que envolvem a pouca experiência profissional, idade e raça.

A realização do presente estudo possibilitou a percepção de uma massa de pessoas desempregadas com os mais diferenciados níveis de escolaridade, aspecto que reforça a afirmação de Tumolo e Tumolo (2004), de que o desemprego atinge pessoas de todos os níveis de escolaridade, e que mesmo aquelas que possuem um grau mais elevado de escolarização, sendo a minoria encontrada na pesquisa realizada com os frequentadores da Agência do Trabalhador de Brasília, não têm encontrado facilidade em conseguir emprego, sendo que algumas pessoas de curso superior completo e incompleto, enfatizaram durante a aplicação do questionário, que o fator idade está tendo um peso muito grande nos processos seletivos aos quais foram submetidos. Neste caso mais uma vez ficou evidenciado que mesmo a pesquisa sendo realizada de forma quantitativa, alguns sujeitos da amostra não se contentaram somente com o preenchimento dos itens, apresentado uma necessidade em demonstrar o seu descontentamento através da fala.

A variável tempo de desemprego foi um aspecto levado em consideração durante o desenvolvimento do presente estudo, apresentado uma amostra com menor tempo de desemprego referente a 11% que estavam a 1 mês desempregado, enquanto a parcela identificada com o maior tempo de desemprego apresentava 0,3% da população que estava desempregada há 120 meses, a questão do tempo de desemprego relacionada ao sofrimento social e psíquico não foi relacionado durante a construção dos itens da pesquisa, porem pode vir a ser um aspecto a ser incluído durante a realização de eventuais estudos utilizando a escala. Segundo Araújo e Argolo (2004), durante a realização de uma pesquisa sobre o impacto do desemprego sobre o bem estar psicológico da cidade de Natal, quanto mais prolongado foi o tempo de desemprego investigado, maior foi a deterioração sobre o bem estar psicológico dos trabalhadores.

Em relação aos itens construídos que se referem ao sofrimento social que acomete os trabalhadores desempregados frequentadores da Agência do Trabalhador (antigo SINE) da cidade de Brasília-DF, foram validados cinco itens envolvendo questões como a dificuldade de se fazer novas amizades quando se está desempregado, percepção do evitamento dos colegas do trabalho anterior em relação ao sujeito após a perda do emprego, perda da confiança de familiares, evitamento do próprio sujeito em relação aos amigos e ex colegas de trabalho.

Cardoso (2004), em sua pesquisa com os trabalhadores desempregados do SINE de Florianópolis, verificou que a questão do isolamento social foi uma vivência identificada em quase todos os sujeitos que foram entrevistados, sendo que a questão financeira e as perguntas feitas ao sujeito sobre o assunto 'estar trabalhando' são duas questões que fazem com que o indivíduo evite a manutenção do contato social, preferindo na maioria das vezes manter-se isolado. Lima e Borges (2002) apud Cardoso (2004) ao citar Le Guillant aponta que a perda do convívio social promove o isolamento e a solidão, sendo estas condições que propiciam o surgimento de distúrbios mentais. Cardoso (2004), destaca ainda que o isolamento social está associado com o fato de que ao estarem sem emprego, os indivíduos sentem-se desinteressantes e desagradáveis.

A questão da exclusão social em relação aos companheiros de trabalho anterior foi apontada pelos sujeitos da amostra, onde estes ao mesmo tempo em que evitam manter contato com tais indivíduos, percebem que a recíproca é verdadeira, sendo que Capitão e Heloane (2003), destacam que as relações de companheirismo e amizade no trabalho não se concretizam, pois elas são passageiras, imediatas e competitivas, e quanto às ligações afetivas, os vínculos não são estabelecidos, pois com cada alteração os laços são rompidos, e a consequência disto é que além do desemprego as pessoas são condenadas à solidão e a perda irreparável.

Tumolo e Tumolo (2004) enfatizam que o distanciamento social é uma característica bastante presente no comportamento dos sujeitos desempregados, sendo expresso através da diminuição da frequência em encontros sociais, gerado pela necessidade de redução nos gastos. Sarriera (1996) destaca que a perda do emprego pode ser reconhecida como um obstáculo para a realização de projetos pessoais e profissionais, limitando a carreira do indivíduo, reduzindo o âmbito de suas relações interpessoais, levando à perda da própria posição social. Tumolo e Tumolo (2004), destacam ainda que a família possui um forte significado para o trabalhador desempregado, sendo que normalmente a família de origem

atua dando apoio, principalmente financeiro. No entanto existem casos em que a pessoa desempregada não pode contar com a família de origem, ficando desamparada financeiramente. A consciência da responsabilidade em prover mercadorias necessárias para os filhos e a preocupação em não conseguir cumpri-la também foram relatadas por participantes que possuem filhos dependentes. Argolo e Araújo (2004), destacam que quanto maior a participação do trabalhador no orçamento familiar, na situação de emprego, maior seria o grau de deterioração do seu bem estar psicológico quando desempregado, verificando então que a função econômica do sujeito no grupo familiar tem papel mediador na relação entre o desemprego e o bem estar psicológico.

È importante tornar evidente que os itens que compõem o Inventário de Riscos de Adoecimento no Trabalho (ITRA), referentes às Escalas de Indicadores Prazer – Sofrimento no Trabalho (EPST) e a Escala de Sintomas Relacionados ao Trabalho (ESRT), formam uma equivalência parcial com a Escala de Sofrimento Interno e Social vivenciados pelos desempregados, validados em uma amostra da Agência do Trabalhador localizado em Brasília. Fatores presentes na escala do ITRA, denominada Escala de Indicadores Prazer-Sofrimento no Trabalho e que não fizeram correlação com a construção da Escala de Avaliação de Sofrimento Interno e Social dos Desempregados referem-se a questões que envolvem as vivências de prazer identificadas em trabalhadores atuantes no mercado, por existir uma maior dificuldade de se relacionar à questão do prazer com a realidade do Trabalhador excluído do mercado formal. Já na segunda escala do ITRA, que inclui os Sintomas Relacionados ao Trabalho (EPST), não foram levados em consideração os fatores referentes aos sintomas físicos, aspecto que pode ser inserido na Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico e Social durante a realização de estudos futuros.

Os itens do Inventário de Riscos de Adoecimento (ITRA), que foram validados com trabalhadores inseridos no mercado de trabalho e que formam uma correlação com a construção do presente instrumento são referentes a aspectos como: esgotamento emocional, estresse, insegurança, tristeza, irritabilidade, dificuldade nas relações familiares, desinteresse pelas pessoas em geral, dificuldade de ter amigos, amargura, sensação de vazio, isolamento e dificuldades na vida social.

Torna-se possível afirmar após a realização do referente estudo, que os prováveis sintomas psíquicos e as alterações sociais vivenciadas pelo desempregado podem vir a acometer também o indivíduo que está atuando no mercado de trabalho. Segundo Dejours (1999), o medo que os trabalhadores possuem do fantasma do desemprego e de suas

conseqüências, faz com que estes muitas vezes se submetam a atividades causadoras de intenso sofrimento, sendo representadas pela mecanização e robotização de tarefas, pressões e imposições da organização do trabalho, adaptação à cultura ou ideologia organizacionais que tem como última instância à preocupação em proporcionar prazer aos funcionários.

Barreto (2000), apud Castelhana (2005), confirma tal afirmação ao apontar que o medo de perder o emprego aumenta a dependência do indivíduo a empresa, que se integra à produção silenciando sua própria dor. Segnini (1999), apud Castelhana (2005), ao realizar uma pesquisa com trabalhadores bancários em São Paulo, identificou que o medo da perda do emprego foi um fato presente em todas as entrevistas realizadas, constituindo-se em um grande motivador para o trabalho. Nesse sentido, o medo é transformado em produtividade, onde muitas vezes as empresas buscam a maximização dos resultados através da dominação e do controle, vindo a transformar medo em sujeição.

CONCLUSÃO

O fenômeno social do desemprego produz conseqüências para o trabalhador desempregado, em termos sociais, psicológicos, morais, bem como na formação de sua identidade. Levando-se em consideração tais aspectos, a construção de um questionário capaz de avaliar algumas das conseqüências acarretadas pela situação de desocupação e trazer à tona a precarização que tais indivíduos estão submetidos, retrata uma das várias habilidades que o profissional psicólogo pode vir a desenvolver como pesquisador e promovedor da saúde do indivíduo.

Os aspectos que ficaram mais evidentes durante a realização de tal estudo diz respeito à identificação empírica de sofrimento psíquico (interno) e social por parte dos trabalhadores desempregados da Agencia do Trabalhador localizada em Brasília – DF, sendo identificados uma vivência moderada de sofrimento interno e leve de sofrimento social por parte dos sujeitos pesquisados, podendo-se concluir que a vivencia de sofrimento interno é vivenciada de forma mais intensa por parte dos indivíduos da referente amostra. Através de tais resultados sugere-se que um maior número de pesquisas sejam realizadas utilizando tal instrumento, com a finalidade de se obter uma ampliação da escala e dos itens relacionados, principalmente aos que se referem ao fator sofrimento social, devido à validação de um número reduzido de itens.

A necessidade dos sujeitos relatarem sobre seu sofrimento durante a aplicação dos questionários, tornou evidente que a utilização de entrevistas como maneira de se consolidar determinados dados podem ser incluídas durante a realização de próximos estudos. Minayo e Sanches (1993), destacam que enquanto a avaliação quantitativa atua em níveis da realidade, tendo como práticas e objetivos trazer a tona dados, indicadores e tendências observáveis, a avaliação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, representações, atitudes e opiniões; buscando adequar-se e aprofundar-se a complexidade dos fenômenos particulares e específicos de grupos aparentemente delimitados. Sendo assim a relação entre quantitativo e qualitativo não pode ser vista como oposição contraditória, já que as relações sociais precisam

ser analisadas de maneira mais objetiva ao mesmo tempo em que são enquadradas em seus significados mais essenciais, tornando-se possível à possibilidade do estudo quantitativo gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.

Portanto pode-se concluir que o sujeito possui sua subjetividade construída através de várias experiências ao longo de sua vida, se vindo a confirmar que as questões que envolvem o trabalho são cruciais para a formação de sua identidade ocupacional e social. A questão que envolve o crescimento do desemprego denota a importância, bem como as consequências desagradáveis na vida do sujeito devido à ausência de um trabalho, por este motivo esta realidade necessita de uma maior investigação e de uma maior preocupação no que diz respeito à realização de estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, J. E. B; Bastos, A. V. B; Zanelli, J. C (2004). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. São Paulo: Artmed
- Andrioli, A. I. (2002). Cooperativismo: uma resistência à exclusão. São Paulo.
- Antunes, R. (1997). Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez
- Antunes, R. (2001). Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho no Brasil. 5ª edição. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, M. A. D & Argolo. J. C T. (2004). O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. Revista: RAC v 08. n° 04.
- Ayres, K. V & Bandeira, L. K. R. (2006). Programas de demissão involuntária: ameaça ou oportunidade? ISMA – BR International Stress Management Association. Disponível em [www. Ismabrasil.com.br](http://www.ismabrasil.com.br)
- Bárbara, M.M. (1999). Reestruturação Produtiva, Qualificação, Requalificação e Desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. Revista Psicologia Ciência e Profissão. Revista Psicologia Ciência e Profissão. v.19 n.03
- Barros, P. C. R, Mendes, A.M.B. (2003). Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. Revista Psico – USF v.08, n. 01.
- Beiras, A. Coutinho, M. C. Luckmann, G. L & Picinin, D. (2005) Novos Caminhos, Cooperação e Solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. Revista Psicol. Soc.V. 17. Porto Alegre.
- Bernardo, M. H, Sato.L. (2005). Saúde Mental e Trabalho: os problemas que persistem. (pp. 1-10) Ciênc. Saúde coletiva vol.10 n° 04 Rio de Janeiro.
- Caleiras, J. (2004). Globalização, Trabalho e Desemprego: trajetórias de exclusão e estratégias de enfrentamento. Portugal. Faculdade de Coimbra.
- Capitão, C.G & Heloani, J.R. (2003). Saúde mental e psicologia do trabalho. São Paulo Perspec. V. 17 n. 02
- Cardoso, G. R. (2004) “Estou Desempregado, Não Desesperado”: A Vivência do Desemprego Para Trabalhadores Desempregados Frequentadores do SINE de Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Florianópolis.
- Castelhana, L.M. (2005). O medo do desemprego e as novas organizações de trabalho. Porto Alegre. Revista Psicol. Soc.v.17.
- Cattani, A. D. (1995). Processo de Trabalho e Novas Tecnologias. Porto Alegre:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Cruz, M.H.S & Souza, S.A.S. (2004). Desemprego e formas de exclusão, implicações sobre a carreira profissional entre trabalhadores fabris em Sergipe.
- Dejours, C. (1999). A Banalização da Injustiça Social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DIEESE. (2006). Pesquisa Mensal de Emprego. Disponível em <http://www.dieese.org.br>
- Facas, P. E. Ferreira, M. C. Mendes, A. M. Vieira, A. G. P (2005). Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA). Trabalho apresentado no IV Congresso de Psicologia Norte Nordeste. Salvador, 25 a 28 de maio.
- Ferreira, M. C & Mendes, A. M. “Só de Pensar em Vir Trabalhar já Fico de Mal Humor”. Atividade de Atendimento ao Público e Prazer-Sofrimento no Trabalho. (2001). Revista Estudos de Psicologia. v. 06. n. 01. Natal
- IBGE (2006). Pesquisa Mensal de Emprego. Disponível em <http://www.ibge.org.br>.
- Iema, C. R. D (1999). Um Estudo Teórico Sobre a Formação do Psicólogo no Brasil. Psicologia Teoria e Prática
- Jacques, M. G. (1999). Identidade e Trabalho. In: A. D. Cattani (org). Trabalho e Tecnologia Dicionário Crítico. Petrópolis: Vozes.
- Jacques, M. G. C. (2003). Abordagens Teórico-Metodológicas em Saúde-Mental e Trabalho.
- Jahoda, M. (1987). Empeo y desempleo: um análise sociopsicologico. Madri: Morata.
- Jayet, C. (1994). Psychodynamique du Travail au quotidien. Paris: Alexitére
- Lafargue, P. O (2000) O Direito à preguiça.
- Lazarus, R. S; Folkman, S. (1984). Stress, appraisal and coping. New York: Springer
- Leontiev, A. (1978). O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizontes
- Liedke, E. R (1999). Trabalho. In: A. D. Cattani (org). Trabalho e Tecnologia Dicionário Crítico. Petrópolis: Vozes.
- Mendes, A.M. (1999). Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional.(Tese de Doutorado). Brasília: Universidade de Brasília
- Menezes, W. F. (2000). Uma análise estrutural do desemprego na região metropolitana de Salvador.
- Minayo, M.C de S & Sanches, O. (1993). Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou complementariedade?. Cad. Saúde Pública vol. 09 n. 03. Rio de Janeiro
- Minayo, M.C de S. (1994). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis:

Vozes.

- Pagés, Max. (1987). O Poder das Organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos. São Paulo: Atlas.
- Pasquali, L. (1999). Instrumentos Psicológicos: Manual Prático de Elaboração. Instituto Brasileiro em Avaliação e Medida-LabPAM. Instituto Brasileiro de Avaliação e Pesquisa em Psicologia- IBAPP. Brasília-DF
- Pochmann, M. (2001). O Emprego na Globalização. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Pochmann, M. (2004). “Globalização e Educação: Precarização do Trabalho Docente” Revista Educ. Soc. V. 25 n. 87. Campinas - São Paulo.
- Sarriera, J.C. Câmara, S.G & Berlim,C.S. (2000). Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. Revista Psicologia Reflexão e Crítica. Vol 13 n° 01 Porto Alegre
- Sarriera, J.C. (1993). Aspectos Psicosociais do desemprego juvenil: uma análise a partir do fracasso escolar para a intervenção preventiva. Psico, Porto Alegre, v.24, n. 02
- Sarriera e coles. (2001). Formação da Identidade Ocupacional em Adolescentes. Revista Estudos em Psicologia. Natal
- Schmidt, M. L. S & Sato, L. (2004). Psicologia do Trabalho e Psicologia clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. Revista Estudos em Psicologia. v. 09 n. 02 Natal.
- Segnini, L. R. P (2001). Entre o desemprego e a engrenagem dos empregos precários. Contemporaneidade e Educação. Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação
- Selligman-Silva, E. (1994). Desgaste Mental no Trabalho Dominado. Rio de Janeiro: Cortex
- Singer, P. G. (2001). Globalização e Desemprego. São Paulo: Contexto.
- Tumolo, L. M & Tumolo, P. S. (2004). A Vivência do Desempregado: Um Estudo Crítico do Significado do Desemprego no Capitalismo. Revista Espaço Acadêmico n. 43.
- Tumolo, P. S. (2003). O Significado do Desemprego no Capitalismo e o Trabalho Como Princípio Educativo: Ensaio de Análise Crítica. Revista trabalho necessário n. 01
- Wickert, L. F. (1999). O Adoecer Psíquico do Desempregado. Revista Psicologia Ciência e Profissão v.19

ANEXOS

Anexo 1: Carta de Apresentação

Anexo 2: Questionários com itens válidos.

